



ATA N.º 43

12-06-2019

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quadragésima terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Frago Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos e, desta vez, a título excecional, por ausência do trabalhador designado para tal, também lhe coube a função de secretariar a reunião. Os trabalhos tiveram início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

Os senhores vereadores do Partido Socialista questionaram o Sr. Presidente sobre qual o ponto da situação da empreitada das piscinas cobertas.-----

O Sr. Presidente da Câmara informou que as obras estão quase concluídas, espera-se abrir a piscina ainda em outubro, no entanto a candidatura aguarda aprovação porque ainda não foi emitido o parecer da Direção Geral de Energia.-----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 11 DE JUNHO DE 2019: € 278.216,35€.-----

ORDEM DO DIA: -----

1. CENÁRIOAGOSTO UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO.---

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que indeferiu, a pedido da empresa Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, a emissão de licenças especiais de ruído para a realização de sessões de música ao vivo, na Adega da Lua, em Cuba, nas seguintes datas e horários: -----

7 a 8 de junho das 22,00 horas às 04,00 horas -----

8 a 9 de junho das 22,00 horas às 04,00 horas -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho de indeferimento do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. LICENCIAMENTO DE PROVAS DE CORRIDA DE GALGOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS. -----

Solicita a A.G.C. - Associação Galgueira de Cuba o licenciamento de duas Corridas de Galgos, que terão lugar nos próximos dias 9 e 30 de junho de 2019, no horário compreendido entre as 9,00h e as 17h00, no Recinto da Feira Anual de Cuba, bem como a cedência de mesas e bancos, a ligação elétrica, a montagem de um toldo para o bar, a regularização da pista, o uso das casas de banho, som, a elaboração dos cartazes e fotocópias e isenção do pagamento das respetivas taxas.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido para o dia 9 de junho.

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 75/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

- a) Ratificar o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido para o dia 9 de junho;
- b) Aprovar o licenciamento da prova de dia 30 de junho;
- c) Tomar conhecimento da cedência do material e da Pista, e de que a mesma, sendo, de acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, competência da Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, foi delegada no Sr. Presidente da Câmara; -----
- d) Isentar em 50% o pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 17,39 o valor sobre o qual incide a isenção. -----

3. VILA RUIVA FUTEBOL CLUBE. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita o Vila Ruiva Futebol Clube, a emissão de licença especial de ruído para a realização do 10.º torneio de futsal 2019, nos dias 17 de Junho a 06 de julho, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- a) Emitir nos termos do disposto no n.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, a licença especial de ruído. ----- b)
- Isentar em 50% o pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba sendo de € 219,17, o valor das taxas sob o qual incide o pedido de isenção. -----

4. MARIA JOSÉ TOUREGÃO FITAS DAMAS. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE PAGAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO. -----

Solicita a Sr.ª Maria José Touregão Fitas Damas, arrendatária da habitação sita na Rua Amália Rodrigues, n.º 12, que lhe seja facultada a possibilidade de voltar a pagar a renda até ao dia 20 de cada mês, prescindindo do benefício concedido, com carácter excecional, por deliberação de 5-08-2015.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aceitar o pedido da requerente, repondo, assim, a normalidade no procedimento. -----

5. JOAQUIM CAETANO CAIXEIRO BICHO FIALHO. PEDIDO DE PAGAMENTO SEM AGRAVAMENTO, DE RENDAS DE HABITAÇÃO EM DÍVIDA. -----

Solicita o Sr. Joaquim Caetano Caixeiro Bicho Fialho, na qualidade de arrendatário da habitação social sito na Rua Horta do Bicho, lote 1, 1.º Esq., em Cuba, o pagamento das rendas de habitação que estão em dívida, sem agravamento, alegando dificuldades de ordem financeira. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a parcialmente pretensão do requerente, perdando o agravamento de três dos quatro agravamentos em conformidade com a deliberação em vigor sobre esta matéria. -----

6. ANABELA ROSA BICHO JURADINHO ALVES. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO DESFILE DAS MARCHAS. -----

Solicita a Sr.ª Anabela Rosa Bicho Juradinho Alves, a ocupação de via pública com 2m x 1m de terrado para venda de pipocas e algodão doce, no Parque Manuel de Castro, em Cuba, por ocasião do desfile das Marchas Populares no dia 29 de junho de 2019. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 81/2019 da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Autorizar a venda ambulante de acordo com o previsto no Regulamento da Venda Ambulante, em que a mesma só pode ser exercida, de forma permanente no mercado mensal de Cuba ou de forma transitória por ocasião de festas ou festejos, nos locais demarcados pela Câmara Municipal e nos horários por ela fixados, vide alínea a) do art.º 5.º, alínea b) do art.º 2.º e art.º 7.º respetivamente; -----

b) Atribuir a licença de ocupação de via pública para a venda ambulante solicitada, nos termos do n.º 2 do art.º 51.º do Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública, de acordo com a planta de localização aprovada para o efeito. -----

7. FRANCISCO AUGUSTO MARTINS. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO DESFILE DAS MARCHAS.

Solicita o Sr. Francisco Augusto Martins, a ocupação de via pública com 3m x 2m de terrado para venda de faturas, no Parque Manuel de Castro, em Cuba, por ocasião do desfile das Marchas Populares no dia 29 de junho de 2019. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 80/2019 da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Autorizar a venda ambulante de acordo com o previsto no Regulamento da Venda Ambulante, em que a mesma só pode ser exercida, de forma permanente no mercado mensal de Cuba ou de forma transitória por ocasião de festas ou festejos, nos locais demarcados pela Câmara Municipal e nos horários por ela fixados, vide alínea a) do art.º 5.º, alínea b) do art.º 2.º e art.º 7.º respetivamente; -----

b) Atribuir a licença de ocupação de via pública para a venda ambulante solicitada, nos termos do n.º 2 do art.º 51.º do Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública, de acordo com a planta de localização aprovada para o efeito. -----

8. MANUEL DOS REIS RAMOS. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA VISCONDE DA ESPERANÇA, 44, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Manuel dos Reis Ramos, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 290,42, proveniente de consumo de água na morada indicada, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em três prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 70/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

9. FERNANDO GUERREIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: BAR DA SOCIEDADE FILARMÓNICA CUBENSE 1.º DE DEZEMBRO, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Fernando Guerreiro, arrendatário do Bar da Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 392,12, proveniente de consumo de água na morada indicada, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em dez prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 70/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A POSIÇÃO DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS ÁREAS AFETAS À ATIVIDADE DE NÁUTICA DE RECREIO OU INSTALAÇÕES DE APOIO À PESCA NÃO INSERIDOS NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DOS PORTOS COMERCIAIS NACIONAIS (DEC. LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO E ART.º 18.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO). -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 16/2019, do Chefe da UAJDSCS, enquadrando o assunto em título:

“Como é consabido, tendo esta matéria já sido abordada na informação n.º 02/2019 da minha própria autoria e que foi apresentada na reunião de Câmara Extraordinária de 18 de janeiro, documento para o qual se remete, o governo persiste em publicar diplomas legais com obrigatoriedade dos municípios se pronunciarem dentro de determinado prazo sobre o exercício da competência em questão para o ano civil de 2019, quando

por força da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a Assembleia Municipal já o fez dentro dos prazos legais.

É pois neste contexto que surge o Dec. Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, relacionado com o exercício já para 2019 das competências autárquicas relacionadas com a gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais.

Este diploma deve ser articulado com o art.º 18.º da Lei n.º 50/2018, onde o legislador estipulou que:

Artigo 18.º

Áreas portuário -marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento

turístico e económico não afetas à atividade portuária

1 - É da competência dos órgãos municipais:

- a) Gerir as áreas afetas à atividade da náutica de recreio e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis a estes afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias;
- b) Gerir as áreas dos portos de pesca secundários e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis a estes afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias;
- c) Gerir as áreas sob jurisdição dos portos sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis a estes afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias;
- d) Gerir as áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias.

2 - A transferência das competências previstas nas alíneas c) e d) do número anterior é acompanhada das mutações dominiais necessárias ao seu exercício, nos termos do regime que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, aprovado pela Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, e do Decreto -Lei n.º 100/2008, de 16 de junho, que estabelece os procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis, nos termos legais, ou quando deixem de estar afetas exclusivamente ao interesse público do uso das águas.

3 - Compete igualmente aos órgãos municipais concessionar, autorizar, licenciar e fiscalizar as atividades realizadas nas áreas e instalações mencionadas no n.º 1.

4 - A transferência das competências previstas nos números anteriores é definida por decreto -lei, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º.

Nestes termos, e atendendo a que no n.º 2 art.º 15.º do Dec. Lei n.º 72/2019, de 28 de maio o legislador consagrou que:

Artigo 15.º

Produção de efeitos

1 - O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20 de agosto, e do disposto no número seguinte.

2 - Relativamente ao ano de 2019, os municípios que não pretendam a transferência das competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após entrada em vigor do presente decreto-lei.

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado o for julgado oportuno sobre a aceitação em concreto do exercício já no ano de 2019 da *gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais*, que deverá tomar a forma de proposta a remeter para a sessão da Assembleia Municipal a ter lugar ainda este mês.

Mais deverá ser deliberado que os serviços, uma vez na posse da certidão da Assembleia Municipal, comuniquem esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais.

A Câmara, por unanimidade, deliberou propor à Assembleia Municipal não aceitar para 2019 o exercício da transferência de competência aqui enunciada.-----

11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A POSIÇÃO DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO À TRANSFERÊNCIA DE

COMPETÊNCIAS NOS DOMÍNIOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES E DO TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 188/2019, do SAJAI, enquadrando o assunto em título:

O Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, veio concretizar a transferência de competências nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores.

Por via navegável interior entende-se uma massa de água que não faz parte do mar e seja interior e navegável, natural ou artificial, ou um sistema de massas de água interligadas, utilizadas para o transporte, tais como lagos, albufeiras, rios, estuários, canais ou qualquer combinação destes, conforme definido na alínea c) do art.º 3.º do citado diploma legal.

Estatui o n.º 1 do art.º 2.º que as competências transferidas no âmbito deste diploma compreendem:

- a) Os serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quando tais serviços se encontrem integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional;
- b) Os transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo-se o transporte turístico local que abrange mais do que uma comunidade intermunicipal.

As competências correspondentes ao serviço público de transporte de passageiros regular podem ser delegadas noutras autoridades de transportes ou noutras entidades do setor público e as correspondentes ao transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores podem ser exercidas em termos partilhados com municípios limítrofes ou da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana ou delegadas noutras entidades do setor público através de contratos interadministrativos, conforme permitem os n.ºs 1 e 3 do art.º 4.º.

À semelhança de anteriores diplomas concretizadores da transferência de competências para os municípios, também o presente decreto-lei estabelece no n.º 2 do seu art.º 12.º que *“Relativamente ao ano de 2019, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam exercer as competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após a entrada em vigor do presente decreto-lei”*. Atendendo a que este diploma entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação – 01/05/2019 – (vide n.º 1 do art.º 12.º), a comunicação à DGAL da deliberação do órgão deliberativo de não aceitação da transferência destas competências no decurso de 2019 deve ser feita até ao próximo dia 30/06/2019.

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Senhor Presidente, no uso das competências que lhe são cometidas pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o órgão executivo delibere o for julgado oportuno sobre a aceitação, ou não, das competências enunciadas e remeter essa proposta para deliberação pela Assembleia Municipal que terá lugar ainda este mês.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou propor à Assembleia Municipal não aceitar para 2019 o exercício da transferência de competência aqui enunciada.-----

12. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A POSIÇÃO DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2020 NOS VÁRIOS DOMÍNIOS CONSAGRADOS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO. OPÇÃO, OU NÃO, DE UTILIZAR A POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO PREVISTA NA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DA SUPRACITADA LEI.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 16/2019, do Chefe da UAJDSCS, enquadrando o assunto em título:

“A matéria que em baixo se apresentará é do conhecimento generalizado quer dos membros do órgão executivo, quer dos membros do órgão deliberativo, porquanto esta matéria já foi por diversas vezes presente a cada um destes órgãos, realçando-se a Informação n.º 75/2018, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, que foi presente à reunião de Câmara de 29 de agosto de 2018 e à sessão da Assembleia Municipal de 13 de setembro

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the name "Noel" and several illegible signatures.

de 2018, bem como a Informação n.º 02/2019 da minha própria autoria, que foi presente à reunião de Câmara de 18 de janeiro de 2019 e à sessão da Assembleia Municipal de 24 de janeiro de 2019, e ainda, a Informação n.º 13/2019, também da autoria da Dr.ª Isabel Semião, que foi apresentada na reunião de Câmara de 20 de fevereiro de 2019 e à sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2019.

Em súmula, o que volta a estar em apreciação é a possibilidade de para o ano de 2020 o Município fazer uso, ou não, da opção consagrada na alínea b) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, onde foi estipulado o seguinte:

Artigo 4.º

Concretização da transferência das competências

...

2 - A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019, admitindo -se a sua concretização gradual nos seguintes termos:

a) Até 15 de setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção -Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido;

b) Até 30 de junho de 2019, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o procedimento referido na alínea anterior.

...

Em rigor, quando falamos do exercício das competências a transferir, falamos objetivamente do seguinte:

a) - gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres no domínio hídrico do Estado (Art.º 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro);

b) - domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo (Art.º 28.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro);

c) - domínio das vias de comunicação (Art.º 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro);

d) - *domínio da justiça* (Art.º 35.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 101/2018, de 28 de novembro);

e) - *domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários* (Art.º 14.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro);

f) - *domínio das Instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, da Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, da Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes* (Art.º 22.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro);

g) - *domínio da habitação* (Art.º 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro);

h) - *domínio da gestão do património imobiliário público* (Art.º 16.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro);

i) - *domínio do estacionamento público* (Art.º 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro);

j) - *domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos* (Art.ºs 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro);

l) - *domínio da educação* (Art.º 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro);

m) - *domínio da cultura* (Art.º 15.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro);

n) - *domínio da saúde* (Art.º 13.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro);

o) - *Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais* (Art.º 18.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o Dec. Lei n.º 72/2019, de 30 de janeiro)

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de

Câmara de 18 de janeiro de 2019, para que nela possa ser deliberado o for julgado oportuno sobre a aceitação, para o ano de 2020, de cada uma das competências enunciadas na presente informação, que deverá tomar a forma de proposta a remeter para a sessão da Assembleia Municipal a ter lugar ainda este mês.”

Interveio o Sr. Vereador Luis Barriga para relembrar que quando esta situação foi aqui votado no ano passado considerámos que a Câmara deveria ter efetivamente um período de adaptação e preparação para aceitar estas novas competências, tendo por isso concordo em não as aceitar em 2019. Passado mais um ano achamos que já deveriam estar reunidas condições para aceitar pelo menos algumas dessas competências e era isso que esperávamos do executivo em permanência. Como afinal não é essa a posição da CDU não podemos concordar com o rejeitar da totalidade destas competências para 2020, razão pela qual vamos votar contra.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente para afirmar que a principal questão da transferência das competências não é uma questão de adaptação ou preparação, é necessária uma visão mais abrangente e reconhecer que vai condicionar, e muito, o trabalho da autarquia nomeadamente na possibilidade de aumentar os investimentos e a capacidade de desenvolver o concelho. Aquilo que nos propõem é aceitar cento e cinquenta principais competências, mas na prática só nos propõem dar dinheiro para trinta, e isso no nosso ponto de vista é um negócio ruinoso para a autarquia e, por consequência, para a população. As autarquias não podem ser simples gestoras de atos administrativos do governo e têm que ter possibilidade para programar e planear aquilo que pretendem para o concelho, que não é aquilo que se pretende com estes vinte e três diplomas que estamos neste momento a rejeitar. Se o governo quer que as autarquias estejam mais próximas das populações que cumpra a lei das finanças locais e certamente os cidadãos serão melhor servidos. -----

A CDU continua a só ver dificuldades neste processo em vez que o encarar como uma oportunidade e um desafio que tem na proximidade a sua maior valia. Bem sabemos que não será um processo fácil e que levará à realocação e admissão de novos recursos, mas como já foi bem explicado pelo governo será sempre um processo dinâmico que se irá ajustando e adaptando em função da sua aplicação real. Temos de o encarar de frente porque vai ser uma realidade para todos os municípios em 2021, independentemente da posição que cada um agora possa ter.-----

O Sr. Presidente afirmou que a CDU não tem dificuldades em lidar com a proximidade e também considera uma oportunidade poder dar uma resposta mais rápida aos cidadãos. Mas, só pode ser considerada uma mais-valia quando for um bom negócio para o concelho. Os vereadores do Partido Socialista são os defensores do governo e nós aqui somos os defensores do concelho. Disse o vereador que para a Câmara vão ser necessários novos recursos, mas não recebemos mais por isso, já para o governo e para o Estado vão ser necessários menos recursos. Não temos qualquer problema em encarar de frente as mudanças, mas se à primeira proposta e uma proposta que não defende os pequenos concelhos e os concelhos do interior como é o caso de Cuba, estarmos a aceitar estas condições seria prestar um mau serviço à população que nos elegeu. Pegando nas palavras do sr. vereador se há um processo dinâmico e pode ser alterado até 2021 e os municípios podem ver reforçados as condições até 2021, porquê receber já, quando podemos aguardar mais um ano. -----

A Câmara, por maioria com os votos contra dos vereadores do Partido Socialista, delibera propor à Assembleia a não aceitação para o ano de 2020 das competências aqui expressamente enunciadas.-----

13. CRIAÇÃO DO PRÉMIO LITERÁRIO FIALHO DE ALMEIDA. PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA, O MUNICÍPIO DE CUBA E ASSOCIAÇÃO CULTURAL FIALHO DE ALMEIDA. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO E APROVAÇÃO POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO COLEGIAL.

Foi-nos apresentado para análise, enquadramento jurídico e, subsequente remessa para o órgão competente para deliberar, o esboço do protocolo a celebrar entre a Direção Regional de Cultura, a Câmara Municipal e a Associação Cultural Fialho de Almeida que tem como objeto a promoção e divulgação da vida e da obra de Fialho de Almeida com a criação de um prémio literário em homenagem ao escritor - Vide doc. n.º 1;

O documento foi detalhadamente analisado quanto ao seu teor e forma jurídica, existiram conversações entre as partes, tendo o mesmo sido reajustado para se tornar compatível com os factos e o direito aplicável.

Existe, na globalidade um encargo financeiro associado ao protocolo na ordem dos 5.000€ que serão suportados pela Direção Regional de Cultura.

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pelas alíneas r e t) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, *que prevê a possibilidade de participar em projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, e assegurar a divulgação do*

património cultural do município deliberou aprovar a proposta de protocolo em anexo, que será transcrita integralmente para a ata.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Constitui missão da Direção Regional de Cultura do Alentejo, na respetiva circunscrição territorial, a criação de condições de acesso aos bens culturais, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de Maio;

É atribuição da Direção Regional de Cultura do Alentejo a articulação com outras entidades, públicas ou privadas, que prossigam atribuições ou objetivos afins na respetiva área de intervenção, com a finalidade de incentivar formas de cooperação integrada a desenvolver e concretizar mediante protocolos e contratos-programa, conforme estabelecido na alínea o) do n.º 3 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de Maio;

O Prémio Literário Fialho de Almeida é instituído pela Câmara Municipal de Cuba e esta Direção Regional de Cultura, homenageando o escritor alentejano Fialho de Almeida, grande figura da Literatura portuguesa, e tendo como objetivo promover, defender e valorizar a Língua Portuguesa e a Identidade e Diversidade cultural da Região Alentejo, suas tradições, e de promover e incentivar a Criação Literária nas modalidades de conto e romance, bem como o gosto pela Leitura e pela Escrita.

Este prémio é instituído em colaboração com a Associação Cultural Fialho de Almeida, que tem como principal objetivo divulgar a pessoa e a obra do escritor português Fialho de Almeida.

Entre:

A Câmara Municipal de Cuba, com sede em Rua Serpa Pinto, nº 84 Cuba, Portugal, pessoa coletiva nº 500832935, neste ato representada pelo seu Presidente, Dr. João Manuel Casaca Português;

A Direção Regional de Cultura do Alentejo com sede na Rua de Burgos, nº 5 em Évora, Portugal, pessoa coletiva nº 600031985, representada pela sua Diretora, Dr.ª Ana Paula Amendoeira;

E

A Associação Cultural Fialho de Almeida, com sede em Cuba, na Rua do Paço, Nº. 13,

peessoa coletiva n.º 504 485 989 representada pela presidente da Direção Francisca Augusta Lopes Bicho de Arbués Moreira

É celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

(Objeto)

O presente acordo tem por objeto a colaboração entre os outorgantes no âmbito do Prémio Literário Fialho de Almeida e nas atividades/ iniciativas de promoção da literatura / cultura a realizar na Casa Fialho de Almeida.

Cláusula 2ª

(Obrigações da CM de Cuba)

No âmbito do presente protocolo, a Câmara Municipal de Cuba, compromete-se a:

1. Atribuir 1000€ (mil euros) para pagamento dos honorários aos elementos do Júri do Prémio Literário Fialho de Almeida, que não pertençam ao Município.
2. Realizar um conjunto de ações em articulação com a Direção Regional de Cultura do Alentejo em datas a acordar com esta no âmbito da dinamização da Casa Fialho de Almeida;
3. Promover o lançamento do Prémio Literário Fialho de Almeida durante o mês de junho de 2019 com evento artístico;
4. Realizar todos os procedimentos que antecedem o lançamento, cumprindo a calendarização acordada com a Direção Regional de Cultura do Alentejo e com a Associação Cultural Fialho de Almeida e fixada no respetivo Regulamento.

Cláusula 3ª

(Obrigações da Direção Regional de Cultura do Alentejo)

No âmbito do presente protocolo, a Direção Regional de Cultura do Alentejo compromete-se a:

1. Atribuir 1000 € (mil euros) para a realização de ações que visam a promoção do Livro e da Leitura a realizar sob a coordenação conjunta da Biblioteca Municipal de Cuba e da DRCA Alentejo, promovidas pela primeira;
2. Atribuir o financiamento para o Prémio Literário Fialho de Almeida, no valor de 3000€ (três mil euros) até ao final do primeiro semestre de 2020;

3. Atribuir 1000 € (mil euros) para apoiar a edição da obra vencedora em editora, até ao final do primeiro semestre de 2020.

Cláusula 4.^a

(Obrigações da Associação Cultural Fialho de Almeida)

No âmbito do presente protocolo, a Associação Cultural Fialho de Almeida compromete-se a fazer a gestão temporal das verbas atribuídas pela DRCALENTEJO, nomeadamente para:

1. Efectivar o pagamento dos 1000 € (mil euros) para a realização de ações que visam a promoção do Livro e da Leitura a realizar sob a coordenação conjunta da Biblioteca Municipal de Cuba e da DRCALENTEJO, promovidas pela primeira;
2. Efectivar na altura própria o pagamento ao vencedor do Prémio Literário Fialho de Almeida, no valor de 3000€ (três mil euros) até ao final do primeiro semestre de 2019;
3. Efectivar em 2020 o pagamento de 1000 € (mil euros) para apoiar a edição da obra vencedora em editora, até ao final do primeiro semestre de 2019.
4. Nomear um elemento para o júri do Prémio Literário;
5. Colaborar nas ações de Promoção do Livro e da Leitura na Casa Fialho de Almeida.

Cláusula 5.^a

(Vigência)

1. O presente Protocolo produz efeitos a partir do dia 13/06/19.
2. Caso se verifique qualquer situação, ou impedimento, que dificulte ou impeça a continuação do envolvimento de qualquer das partes no presente protocolo, as mesmas comprometem-se a, de boa-fé, reunir e encontrar uma solução de reajustamento do mesmo, de forma a continuarem a colaborar na promoção da literatura / cultura no Alentejo.

Feito em triplicado, em ... de junho de 2019, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Câmara Municipal de Cuba

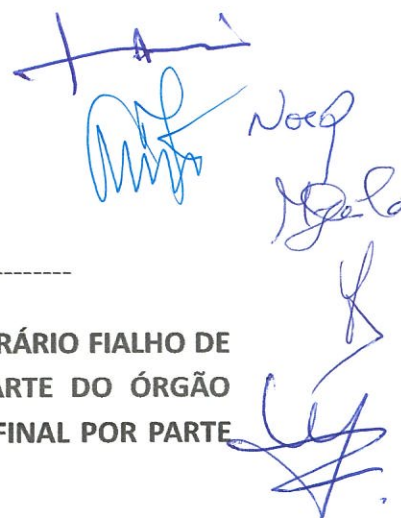
João Manuel Casaca Português

HA
Noel
M. G. L.
V.
S.

DRCA – Direção Regional de Cultura do Alentejo
Ana Paula Amendoeira

Associação Cultural Fialho de Almeida

Francisca Augusta Lopes Bicho de Arbués Moreira



14. ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO FIALHO DE ALMEIDA. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO E APROVAÇÃO POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO COLEGIAL E VISANDO A REMESSA PARA DELIBERAÇÃO FINAL POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Foi-nos apresentado para análise, enquadramento jurídico e, subsequente remessa para o órgão competente para deliberar, o esboço do regulamento que determinará as regras a aplicar no prémio literário em homenagem ao escritor Fialho de Almeida- **Vide doc. n.º 1;**

O documento foi detalhadamente analisado quanto ao seu teor e forma jurídica, existiram conversações entre as partes, tendo o mesmo sido reajustado para se tornar compatível com os factos e o direito aplicável.

O presente projeto tem um custo por edição de 5.000€ a suportar pela DRCultura e terá como inúmeros benefícios materiais e imateriais para o concelho, quer com a promoção do próprio concelho, do aumento do número de visitantes e acréscimo do interesse na obra de um escritor tão relevante para história cultural do concelho.

O procedimento é despoletado ao abrigo 96.º e seguintes do CPA, sendo o projeto apreciado e votado em reunião de Câmara de 12 de junho, depois divulgado na página da internet para contributos e finalmente em sintonia com o art.º 99.º do CPA e art.º 33.º n.º 1 alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remetido para aprovação por parte da Assembleia Municipal.

Atendendo à especificidade do regulamento em questão, não haverá lugar à audiência dos interessados previstos no art.º 100.º do CPA, porquanto o mesmo não contém disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos e também não haverá lugar a Consulta Pública prevista no art.º 101.º do CPA uma vez que a natureza da matéria não o justifica.

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pelas alíneas k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, *que prevê a possibilidade de elaborar e submeter à aprovação da Assembleia*

Municipal os projetos de regulamentos externos, deliberou aprovar o projeto de regulamento que adiante se transcreve e remetê-lo para a sessão da Assembleia Municipal de junho.

Projeto de Regulamento do Prémio Literário Fialho de Almeida

**Uma parceria entre
Câmara Municipal de Cuba e a Direcção Regional de Cultura do Alentejo
em colaboração com a Associação Cultural Fialho de Almeida**

PREÂMBULO

José Valentim Fialho de Almeida nasceu em Vila de Frades, no Alentejo, a 7 de maio de 1857 e morreu na vila de Cuba, a 4 de março de 1911.

Em 1881 publicou o primeiro livro de *Contos*, e, um ano mais tarde, *A Cidade do Vício*, considerada a sua melhor obra de ficção. Colaborou em inúmeros jornais e revistas em Portugal e no Brasil, tendo-se distinguido como mordaz crítico de arte e de costumes e, sobretudo, como contista, que enriqueceu a literatura portuguesa com algumas das suas páginas mais expressivas.

Senhor de um temperamento complexo e contraditório, a sua obra reflete, como poucas, o conflito entre a virulência do crítico e a sensibilidade do artista em constante busca do ideal de perfeição.

Da sua obra constam, de forma mais relevante, os seguintes títulos: *Contos* (1881), *A Cidade do Vício* (1882), *Os Gatos*, 6 volumes (1889-1894), *Pasquinadas* (1890), *Lisboa Galante* (1890), *Vida Irónica* (1892), *O País das Uvas* (1893), *À Esquina* (1903) e, postumamente, *Barbear*, *Pentear* (1911), *Saibam Quantos...* (1912), *Estâncias de Arte e de Saudade* (1921), *Ave Migradora* (1922), *Figuras de Destaque* (1923), *Actores e Autores* (1925) e *Vida Errante* (1925).

Constitui missão da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, na respetiva circunscrição territorial, a criação de condições de acesso aos bens culturais, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de Maio;

A Câmara Municipal de Cuba, bem como a Associação Cultural Fialho de Almeida, atendendo ao valor do escritor enquanto património cultural do concelho tem todo o interesse na divulgação da sua vida e obra.

O Prémio Literário Fialho de Almeida é instituído pela Câmara Municipal de Cuba e pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo em colaboração com a Associação Cultural Fialho de Almeida, homenageando o escritor alentejano Fialho de Almeida, grande figura da Literatura portuguesa, que viveu em Cuba entre 1893 e 1911 (m.), e tendo como objetivo promover, defender e valorizar a Língua Portuguesa e a Identidade e Diversidade cultural da Região Alentejo, suas tradições (sem sentido, se retiradas as alíneas das candidaturas, não confinando as temáticas à região), e de promover e

incentivar a Criação Literária nas modalidades de conto e romance bem como o gosto pela Leitura e pela Escrita.

O presente projeto tem um custo por edição de 5.000€ a suportar pela DRCultura e terá como inúmeros benefícios materiais e imateriais para o concelho, quer com a promoção do próprio concelho, do aumento do número de visitantes e acréscimo do interesse na obra de um escritor tão relevante para história cultural do concelho.

O procedimento é despoletado ao abrigo 96.º e seguintes do CPA, sendo o projeto apreciado e votado em reunião de Câmara de 12 de junho, depois divulgado na página da internet para contributos e finalmente em sintonia com o art.º 99.º do CPA e art.º 33.º n.º 1 alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remetido para aprovação por parte da Assembleia Municipal.

Atendendo à especificidade do regulamento em questão, não haverá lugar à audiência dos interessados previstos no art.º 100.º do CPA, porquanto o mesmo não contém disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos e também não haverá lugar a Consulta Pública prevista no art.º 101.º do CPA uma vez que a natureza da matéria não o justifica.

O Prémio Fialho de Almeida rege-se pelo seguinte regulamento:

Artigo 1.º

Finalidade

1. O presente regulamento tem por objeto a definição das normas para a atribuição do Prémio Fialho de Almeida.
2. O Prémio Fialho de Almeida é instituído em especial homenagem ao escritor Fialho de Almeida, e tem por objetivo fomentar o gosto pela leitura e pela escrita, promovendo, defendendo e valorizando a Língua Portuguesa, e destina-se também à promoção da criação literária.

Artigo 2.º

Modalidade e temática

São aceites a concurso obras na modalidade de conto e romance, sendo privilegiadas as temáticas directamente relacionadas com a região Alentejo.

Artigo 3.º

Participantes

1. Podem participar autores de nacionalidade portuguesa e autores estrangeiros a residir em Portugal, com mais de 18 anos.
2. Cada participante poderá apresentar uma única obra a concurso.

3. Ficam excluídos de participar os elementos que integram o júri e os membros dos corpos sociais da Associação Cultural Fialho em Almeida.

Artigo 4.º

Formalização das Candidaturas

3. As obras apresentadas devem ser originais, inéditas e escritas em língua portuguesa, em folhas de formato A4, numeradas, com dimensão de margens *standard* (2,5 cm superior e inferior; 3 cm esquerda e direita), no tipo de letra Arial, tamanho 11, espaço e meio entre linhas, e devem ter no mínimo 100 páginas e no máximo 200 páginas.
4. As obras apresentadas devem ter título e devem ser assinadas com pseudónimo.
5. As obras deverão ser entregues em envelope fechado, sendo que no exterior do mesmo deverá constar a referência "Prémio Literário Fialho de Almeida - 2019".
6. No interior do envelope deve ser colocado um outro envelope, fechado e lacrado, contendo a identificação do autor, morada completa, data de nascimento, número de identificação (cartão de cidadão ou equivalente), telefone/telemóvel e correio eletrónico.
7. De cada obra a concurso, deverão ser entregues três exemplares devidamente encadernados.
8. As obras podem ser entregues em mão na Biblioteca Municipal de Cuba, Rua da Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro 7940 - Cuba, ou enviadas por correio para a morada da Biblioteca Municipal, contando para efeitos de validação de prazo, a data de registo dos correios.

Artigo 5.º

Do Júri

O júri é constituído por três elementos, a saber:

- Um elemento nomeado pela Câmara Municipal de Cuba;
- Um elemento nomeado pela Direção Regional de Cultura do Alentejo;
- Um elemento nomeado pela Associação Cultural Fialho de Almeida.

Artigo 6.º

CrITÉRIOS de avaliação

Constituem critérios de avaliação das obras a concurso:

- a) Originalidade das temáticas desenvolvidas;
- b) Correção gramatical;
- c) Coerência literária da narrativa e respeito pelas características do género em questão;
- d) Vivacidade da trama.
- e) Alusão a temáticas relacionadas com o Baixo Alentejo.

Artigo 7.º

3. Ficam excluídos de participar os elementos que integram o júri e os membros dos corpos sociais da Associação Cultural Fialho em Almeida.

Artigo 4.º

Formalização das Candidaturas

3. As obras apresentadas devem ser originais, inéditas e escritas em língua portuguesa, em folhas de formato A4, numeradas, com dimensão de margens *standard* (2,5 cm superior e inferior; 3 cm esquerda e direita), no tipo de letra Arial, tamanho 11, espaço e meio entre linhas, e devem ter no mínimo 100 páginas e no máximo 200 páginas.
4. As obras apresentadas devem ter título e devem ser assinadas com pseudónimo.
5. As obras deverão ser entregues em envelope fechado, sendo que no exterior do mesmo deverá constar a referência "Prémio Literário Fialho de Almeida - 2019".
6. No interior do envelope deve ser colocado um outro envelope, fechado e lacrado, contendo a identificação do autor, morada completa, data de nascimento, número de identificação (cartão de cidadão ou equivalente), telefone/telemóvel e correio eletrónico.
7. De cada obra a concurso, deverão ser entregues três exemplares devidamente encadernados.
8. As obras podem ser entregues em mão na Biblioteca Municipal de Cuba, Rua da Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro 7940 - Cuba, ou enviadas por correio para a morada da Biblioteca Municipal, contando para efeitos de validação de prazo, a data de registo dos correios.

Artigo 5.º

Do Júri

O júri é constituído por três elementos, a saber:

- Um elemento nomeado pela Câmara Municipal de Cuba;
- Um elemento nomeado pela Direção Regional de Cultura do Alentejo;
- Um elemento nomeado pela Associação Cultural Fialho de Almeida.

Artigo 6.º

Critérios de avaliação

Constituem critérios de avaliação das obras a concurso:

- a) Originalidade das temáticas desenvolvidas;
- b) Correção gramatical;
- c) Coerência literária da narrativa e respeito pelas características do género em questão;
- d) Vivacidade da trama.
- e) Alusão a temáticas relacionadas com o Baixo Alentejo.

Artigo 7.º

Prazos, prémio e datas

1. Prazos:
 - a) Entrega dos originais até dia 31 de dezembro de 2019;
 - b) Deliberação do Júri até dia 01 de abril de 2020;
 - c) Divulgação dos resultados em Março de 2020, em data a anunciar.
2. Prémio: O prémio a atribuir ao vencedor será no valor pecuniário de 3000€ (três mil euros). A obra será publicada numa editora de reconhecido mérito, sob coordenação da Biblioteca Municipal de Cuba e da Associação Cultural Fialho de Almeida, constando na edição a referência ao prémio.
3. O prémio atribuído corresponde aos direitos de autor da 1ª edição do livro.
4. Qualquer edição posterior, realizada pelo autor, deve fazer menção na capa ao Prémio Fialho de Almeida e ao ano em que foi obtido e ter também o logotipo da DRCALENTEJO. Se o júri entender, poderá atribuir até duas menções honrosas, sem haver direito a qualquer valor pecuniário, mas com entrega de Diploma de Menção Honrosa.
5. Data do Evento – Os resultados serão divulgados em Março, em sessão pública marcada para o efeito, em data a anunciar, na Casa Fialho de Almeida e veiculados para a imprensa/ órgãos de comunicação social, bem como nas páginas oficiais das entidades que promovem o Prémio.

Artigo 8.º

Dos trabalhos

1. O júri poderá não atribuir o prémio e/ou as menções honrosas (discutível a atribuição de Menção Honrosa), se entender que as obras a concurso não possuem a qualidade exigida.
2. As decisões do júri são irrevogáveis.
3. O júri lavrará uma ata sobre o resultado do concurso, sendo a mesma assinada pelos três elementos que o constituem.
4. As obras não premiadas poderão ser levantadas pelos autores até dois meses após a divulgação dos resultados. Findo esse prazo, caberá à Biblioteca Municipal de Cuba determinar o destino a dar às obras.

Artigo 9.º

Sanções

A não observância do disposto no presente regulamento, poderá levar à desclassificação e subsequente exclusão do trabalho apresentado.

Artigo 10.º

Casos Omissos

As situações e casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pelo Júri do concurso em colaboração com a Biblioteca Municipal de Cuba.

Informações:

Pedidos de informação devem ser dirigidos à:
Biblioteca Municipal de Cuba

Rua da Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro

7940 Cuba

A/c de Sandra Braz

Correio eletrónico - bliblioteca@cm-cuba.pt – com indicação de assunto “Prémio Literário Fialho de Almeida – 2019”

15. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 391/2008 . -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 53/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas, antes de partir para a penhora.

16. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 710/07 . -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 54/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando a certidão de janeiro de 2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

17. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 43/2006 . -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 58/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas, antes de partir para a penhora.

18. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 119/2008 . -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 51/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas, antes de partir para a penhora.

19. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 468/2008. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 52/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando a certidão de abril de 2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

20. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 43/2008 . -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 55/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas, antes de partir para a penhora.

21. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 451/2008. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 60/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando a certidão de abril e junho de 2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

22. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 404/2008. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 50/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando a certidão de abril de 2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

23. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 695/2006 . -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 48/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas, antes de partir para a penhora.

24. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 496/2006. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 49/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do

prazo, anulando a certidão de agosto de 2006, maio de 2007, janeiro e abril de 2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

25. PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 223/2008. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 61/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.....

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando as certidões respetivas e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

26. PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 281/2004. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 61/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.....

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando as certidões respetivas e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

27 – DIVERSOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 82/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.....

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando as certidões respetivas e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar os executados para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

28 – PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 364/2008.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 62/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.....

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, antes de partir para a penhora, notificar os executados para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

29 – PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 355/2008.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 57/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.....

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívida que o está pelo decurso do prazo, anulando as certidões respetivas.

30 – PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 718/2007.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 63/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.....

A Câmara, por unanimidade , deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, antes de partir para a penhora, notificar os executados para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas.

31 - CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM O CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPessoal, LDA-----

Foi presente à Camara a Informação n.º 86/2019, cujo conteúdo se transcreve:-----

No intuito de continuar a dar apoio às atividades desenvolvidas, com bastante mérito, pela Escola Profissional de Cuba, entidade propriedade do Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda (doravante CEFDDM), constitui intenção desta Câmara Municipal atribuir um subsídio total de 48.000,00 (quarenta e oito mil euros).

Constituem objetivos do subsídio a atribuir fomentar a dinâmica da escola no tocante à frequência da mesma por alunos provenientes dos PALOP, cujas despesas não são elegíveis em termos de fundos comunitários, promover o desenvolvimento local, acentuar a sustentabilidade da escola, disponibilizar cursos com o número de alunos necessários para poder funcionar e compensar a escola pela disponibilização de recursos humanos ao Município (dois contratos a termo, 2 estágios profissionais e 1 CEI).

Quid iuris?

A empresa municipal CEFDDM é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto, conforme determina a alínea a) do art.º 45.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, doravante RJAL), na sua redação atual, a prestação de serviços nas áreas do ensino e formação profissional.

No que se reporta à atribuição de subsídios, dispõe o art.º 47.º do citado diploma que:

"1. A prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes.

2. Os contratos-programa devem definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais.

3. O desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais é objetivamente justificado e depende da adoção de sistemas de contabilidade analítica onde se identifique a diferença entre o desenvolvimento da atividade a preços de mercado e o preço subsidiado na ótica do interesse geral.

4. O desenvolvimento de políticas de preços nos termos do número anterior depende de negociação prévia com as entidades públicas participantes dos termos que regulam as transferências financeiras necessárias ao financiamento anual da atividade de interesse geral, que constam do contrato-programa.

5. Os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo órgão executivo.

6. O presente artigo não se aplica à contratação prevista no n.º 2 do artigo 36.º

7. Independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas".

Por outro lado, estatui a alínea c) do n.º 6 do art.º 25.º do RJAEL que a celebração de contrato-programa nos termos do art.º 47.º está sujeita a parecer prévio do fiscal único.

Nesta conformidade:

1) Deve a minuta de contrato-programa, que se junta, ser submetida a parecer prévio do fiscal único do CEPDDM;

2) Após a receção do parecer referido, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente, no âmbito da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação do contrato-programa, cuja minuta se junta, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do art.º 23.º, da alínea n) do n.º 1 do art.º 25º e da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, todos da citada lei.

MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPessoal, LDA,

Considerando que:

→ O Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda (doravante designado CEPFDDM), é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade por quotas unipessoal de responsabilidade limitada, de capitais exclusivamente públicos, de natureza municipal, constituída pelo Município de Cuba em 09/05/2008, e que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

→ O CEPFDDM tem por objeto social, nos termos do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, que revogou o Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, o ensino profissional – Escola profissional ministrando ensino profissional, nomeadamente nas áreas de eletricidade e eletrotécnica, eletromecânica, estética e beleza, e está sujeito às obrigações decorrentes da sua qualidade de proprietária da Escola Profissional de Cuba (doravante EPC);

→ Como empresa do setor empresarial local, o CEPFDDM rege-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, pela lei comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado;

→ Grande fatia (mais de 90%) das receitas do CEFPPDDM provém de verbas atribuídas por fundos comunitários;

→ Como resultado da ampla promoção desenvolvida, a EPC tem alargado o seu leque de alunos, muitos deles provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o que se traduz numa rica troca de experiências e conhecimentos;

→ Se pretende incrementar a frequência da EPC por alunos dos PALOP, num máximo de 8 por ano letivo, assim como aumentar o número total de alunos da instituição de forma a que os cursos autorizados possam devidamente funcionar e até criar novos cursos;

→ A constante colaboração entre o Município de Cuba (doravante MC) e a EPC, nas mais diversas vertentes, designadamente na disponibilização de meios e recursos humanos;

→ O interesse de ambas as entidades no desenvolvimento local, representado pela habilitação de melhores recursos humanos que poderão exercer as suas profissões em benefício do concelho, de promoção da economia local, resultante do incremento de clientes personalizados nos alunos de fora do concelho;

→ Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da educação, conforme estabelece a alínea d) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

→ Constitui competência da Câmara Municipal promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual e apoiar, entre outras, atividades de natureza educativa, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º da atrás referida lei;

→ Nos termos do disposto no art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, a atribuição de subsídios à exploração (que são os subsídios concedidos com a finalidade de dar suporte financeiro à atividade de uma entidade, consistindo em verbas atribuídas para reduzir custos ou aumentar proveitos) pelas entidades públicas participantes depende da celebração de contratos-programa;

Assim, entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Francisco Xavier Candeias Fitas, casado, natural de Cuba onde reside na Rua Dr^a Emília Salvado Borges, nº 20, que outorga na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cuba, em substituição do seu Presidente que se encontra impedido ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do artº. 44º do CPA, e em representação do Município de Cuba, entidade equiparada a pessoa coletiva número 500 832 935;

SEGUNDO OUTORGANTE: João Manuel Casaca Português, casado, natural da freguesia de Beringel, Concelho de Beja, residente na Rua Dr. José Ernesto Oliveira, nº 5, em Cuba que outorga na qualidade de gerente do Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda, pessoa coletiva número 508 581 303,

É celebrado o presente Contrato-programa que se rege pelas cláusulas seguintes:

1ª Cláusula

Objeto e duração

1. Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de um subsídio à exploração no valor total de 48.000,00 (quarenta e oito mil euros), não sujeito a IVA, que é concedido , sem qualquer repercussão monetária, pelo primeiro ao segundo outorgante.
2. O subsídio referido no número anterior será pago em prestações durante o triénio de 2019/2021, de acordo com as disponibilidades de tesouraria do primeiro outorgante.

2ª Cláusula

Direitos e obrigações do primeiro outorgante

Ao MC no âmbito do presente contrato-programa compete:

- a) O encargo com os pagamentos referidos na 1ª cláusula;
- b) Verificar a o cumprimento das obrigações do segundo outorgante.

3ª Cláusula

Direitos e obrigações do segundo outorgante

O CEPFDDM, no âmbito do presente contrato-programa, compromete-se a:

- a) Utilizar de forma diligente e eficiente o subsídio referido na 1ª cláusula;
- b) Fornecer ao primeiro outorgante todos os elementos que por este lhe sejam solicitados relacionados com a execução do presente contrato-programa.

4ª Cláusula

Fundamento e finalidade

1. O fundamento da necessidade do estabelecimento da presente relação contratual fundamenta-se:

- a) Na necessidade de fomentar a dinâmica de atividades da EPC, designadamente através da frequência de alunos provenientes dos PALOP, no máximo de até 8 alunos por ano letivo;
- b) Na necessidade de compensar a colaboração da EPC/CEFPDDM pela dispensa de recursos humanos ao MC;

2. A finalidade do contrato-programa materializa-se na criação de condições para que a EPC desempenhe os seus objetivos estatutários de:

- a) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente a preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
- b) Desenvolver, mediante modalidades alternativas às do ensino regular, os mecanismos de aproximação entre a Escola e o mundo do trabalho;
- c) Facultar aos formandos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional;
- d) Promover, através de cursos e outras ações de formação adequadas, a qualificação, a reconversão, a reciclagem e o aperfeiçoamento profissional, bem como a especialização tecnológica de técnicos e quadros médios;
- e) Proporcionar aos formandos uma sólida formação, capacitando-os para o ingresso na vida ativa ou para o prosseguimento dos estudos;

- f) Contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade, da região e do país;
- g) Proporcionar à comunidade regional ofertas formativas modulares, por forma a garantir a atualização e qualificação da população assim como o enriquecimento cultural, inovação e renovação de conhecimentos e experiências;
- h) Garantir a contextualização da oferta formativa modular de acordo com os interesses das pessoas e as potencialidades da região;
- i) Fazer uma adequada gestão de recursos humanos em termos de prestação formativa;
- j) Gerir de forma adequada os recursos físicos, materiais e didáticos existentes na EPC, de forma a assegurar uma formação de qualidade sustentável;
- k) Prestar, no âmbito da sua atividade, outros serviços à comunidade, no domínio da inserção de jovens no mercado de trabalho;
- l) Possibilitar a oferta de espaços físicos e respetivos materiais, a outras entidades, para que possam ministrar formação modular à respetiva comunidade.

5.ª Cláusula

Encargos

1. O montante da repartição de encargos será anualmente ajustado às efetivas disponibilidades de tesouraria do MC.
2. O encargo financeiro decorrente do presente contrato-programa tem enquadramento orçamental na rubrica do orçamento vigente, e é assumido, para o corrente ano, através do compromisso sequencial n.º, com registo em sistema contabilístico dos compromissos plurianuais para anos seguintes.

6.ª Cláusula

Denúncia

O presente contrato-programa pode ser denunciado pelo primeiro outorgante, com aviso prévio de 15 dias seguidos, se, em qualquer momento, se verificar o incumprimento pelo segundo outorgante das suas obrigações.

7.ª Cláusula

Produção de efeitos e vigência

O presente contrato-programa produz efeitos a partir do dia da sua outorga e vigorará até ao final do ano de 2021.

8.ª Cláusula

Foro competente

Para dirimir qualquer litígio emergente do presente contrato-programa as partes convencionam como competente o Foro da comarca de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

9.ª Cláusula

Disposições finais

Em tudo o que não esteja expressamente previsto no presente contrato-programa aplicar-se-ão os princípios estabelecidos na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

10.ª Cláusula

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e execução do presente contrato-programa serão resolvidas por acordo entre ambas as partes.

O presente Contrato-Programa é feito em duplicado, corresponde à vontade dos outorgantes e vai por eles assinado.

Cuba, __/__/__

O Primeiro outorgante,

O Segundo outorgante,

Contrato-programa aprovado, em __/__/__, pela Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 6, do artº 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Interveio o sr. Vereador Luis Barriga para afirmar que mesmo após os esclarecimentos do Sr. Presidente esta proposta de contrato programa levanta-nos algumas dúvidas e não nos parece suficientemente fundamentada para merecer a nossa total concordância. Mistura-se aqui a necessidade de assegurar a dinâmica da escola com a incrementação dos alunos dos PALOP's com uma compensação à escola pela disponibilização de recursos humanos ao município. Situações completamente distintas e que deveriam ser separadas.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente para reforçar que foram prestados todos os esclarecimentos, quer por escrito, quer verbais, sobre o conteúdo do contrato programa a celebrar com o Centro de Estudos, pelo que do nosso ponto de vista a proposta está bem fundamentada. Já a posição dos vereadores do Partido socialista é sempre a mesma, recorrem sempre a subterfúgios, mas nunca se debruçam em concreto sobre a medida. Relativamente à escola a sua posição tem sido sempre a mesma, no sentido de não apoiar as medidas que são vitais para o funcionamento e sobrevivência da mesma, pois como os vereadores sabem, é bastante comum existirem contratos programa entre autarquias e as escolas, e que servem para regular o funcionamento formal e institucional entre ambas as partes.-----

O Sr. Verador Barriga afirmou que das nossas posições e de tudo o que temos aqui falado sobre este assunto o Sr. Presidente não pode concluir que em momento algum, que estamos contra a Escola Profissional de Cuba, muito pelo contrário, estamos e estaremos sempre disponíveis para discutir opções e soluções para a sustentabilidade da escola, pelo que rejeitamos completamente estas críticas.-----

O presidente da Câmara alegou que uma coisa são as palavras e outra são as ações. Quando os vereadores são chamados a pronunciar não agem dessa forma, logo há um a discrepância entre aquilo que se diz e aquilo que se faz.-----

O Sr. vereador Luis Barriga afirmou ainda que concorda com o Sr. Presidente quando diz que as nossas posições são apenas palavras, infelizmente. Não temos qualquer poder executivo e estamos na oposição. Agora não podemos é estar aqui para dizer que sim a tudo.-----

O Sr. Presidente constatou “no nosso ponto de vista felizmente que estão na oposição. Foi porque a população assim quis. Dizer que sim a tudo não, mas abster-se nas situações mais importantes também não, é cómodo e fácil.-----

A Camara por maioria, com a abstenção dos vereadores do partido Socialista , delibera:

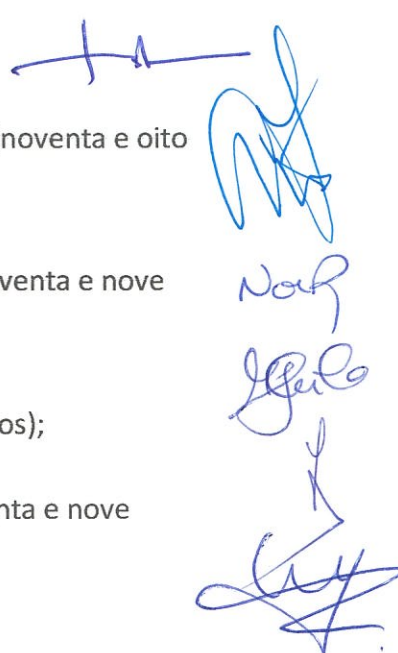
- 1) **Aprovar minuta de contrato-programa**, que se junta, **depois de ser submetida a parecer prévio do fiscal único do CEFPDDM;**
- 2) Submeter à Assembleia Municipal a aprovação do contrato-programa, cuja minuta se junta, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do art.º 23.º, da alínea n) do n.º 1 do art.º 25º e da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, todos da citada lei.

----- **32 – APOIOS PARA MEDICAÇÃO.**-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 28/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, cujo conteúdo se transcreve:

“Sou a informar que na reunião de Câmara de 14 de março de 2018, foi deliberado a atribuição dos apoios para medicação aos munícipes que o solicitaram e cumpriram os requisitos para tal.

Contudo, por força de alguns constrangimentos aos beneficiários abaixo descritos, não foi possível efetuar o pagamento à Farmácia da Misericórdia de Cuba, através de cheque em nome dos mesmos, porque não sabem assinar, ou porque alteraram a residência, estes cheques, serão anulados, sendo as dívidas liquidadas diretamente à Farmácia da Misericórdia de Cuba, dos seguintes beneficiários:

- 
- Sr.ª Sandra Maria Ramos Vitorino, o referido apoio no valor de 98,70€ (noventa e oito euros e setenta cêntimos);
 - Sr. Inácio José Serrano Romero, o referido apoio no valor de 99,77€ (noventa e nove euros e setenta e sete cêntimos);
 - Ana Maria Pires Janeiro, o referido apoio no valor de 100,00€ (Cem euros);
 - Idalina Rosa Romana Martins, o referido apoio no valor de 99,11 (noventa e nove euros e onze cêntimos).

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir:

No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea O) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida par a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- a) Determinar a atribuição dos apoios para a medicação, no valor de 397,58€ (trezentos e noventa e sete euros e cinquenta e oito cêntimos), através de cheques processados diretamente à Farmácia da Misericórdia de Cuba.

A Câmara por unanimidade, delibera proceder em conformidade com a proposta em cima explanada.-----

33 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA UNIDADE DE RASTREIO AUDITIVO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 83/2019 da Subunidade Administrativa que enquadra o pedido em cima mencionado apresentado por parte da empresa Diálogos Sonantes. Esse despacho, face à data do evento mereceu despacho do Presidente da Câmara que agora deve ser ratificado.-----

A Câmara, por unanimidade, delibera ratificar o despacho do presidente.-----

34 – SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 31 DE MAIO DE 2019.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 16/2018, da chefe da Unidade de Administração e Finanças à data de 31 de maio, que em baixo se transcreve na íntegra:-----

Informação acerca da Situação Financeira do Município de Cuba “

Fundamentação:

Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro.

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que a situação financeira do município se retrata da seguinte forma:

Execução Orçamental:

- *O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €271.897,62 à data de 31/05/2019;*
- *Os pagamentos efetuados à data de 31/05/2019 possuem o valor de € 2.040.529,61 para Despesas Correntes e € 304.805,37 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 42,24% no que diz respeito a despesa corrente e 14,16% a despesa de capital;*
- *As receitas cobradas pelo Município à data de 31/05/2019 ascendem a € 1.778.917,29, no que diz respeito à receita corrente, € 488.465,42 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 34,96 % relativamente à receita corrente e 29,55 % à receita de capital. Sendo a execução global de 35,94 %. Encontra-se por cobrar € 209.552,29;*
- *O saldo de execução orçamental à data de 31/05/2019 é de € 212.765,27;*
- *A cabimentação atingiu à data 94,06 % no que diz respeito a despesa corrente e 56,39 %, no que diz respeito à despesa de capital;*
- *Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em €3.709.132,43 e em despesa de capital € 910.031,26 e representam relativamente ao orçamento corrigido 76,76 % e 42,28 % respectivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a 2.272.828,71€, sendo:*
 - *€1.667.602,82 - Despesa corrente*
 - *€ 605.225,89 - Despesa capital*
- *Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €1.189.374,09;*

A faturação comunicada, não paga (divida) à data de 31/05/2019 ascende a € 447.848,23, sendo:

Despesa corrente : € 324.569,11

Despesa capital : € 123.279,12

Limites ao Endividamento:

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro:

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para 2019:

Limite da dívida total 2018(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2016	Receita corrente líquida 2017	Receita corrente líquida 2018	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.681.638	4.718.520	5.014.338	14.414.496	4.804.832

Limite da dívida total: €7.207.248

Situação do Município em 01-01-2019 :€2.435.845,85

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op.

				Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.466.955,48	51.957,35	2.518.912,83	83.066,98	2.435.845,85

Situação do Município em 31-05-2019:2.484.891,47

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
2.470.834,37	112.794,51	2.583.628,88	98.737,41	2.484.891,47

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são:

AMCAL (participação de 22,05%): €60.055,41

AMGAP :€0,00;

ANMP:€1.242,54;

CIMBAL (participação de 3,91%): €51.496,56;

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€0,00

Foram tidos em consideração, os dados enviados pelas entidades participadas a 31-03-2019, por não se possuir informação das mesmas à data.

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total, embora se tenha verificado um aumento de 2,06% em relação a 01-01-2019.

Pagamentos em atraso:

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso.

Fundos Disponíveis:

Os Fundos disponíveis do período foram de:€265.944,08, tendo sido absorvidos até final do mês:€264.777,20.

Equilíbrio Orçamental:

De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma:

"A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo".

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio, caso se considere a amortização média anual pela totalidade:

Receita corrente bruta :€1.778.917,29

Amortização média anual:€ 284.763,61

Despesa corrente paga:€2.040.529,61

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos

€1.778.917,29«=2.040.529,61+€284.763,61,

€1.778.917,29«=2.325.293,22

Se efetuarmos o corte das amortizações ao período, a situação é de desequilíbrio e é a seguinte:

€1.778.917,29«=2.040.529,61+€118.651,50

€1.778.917,29«=2.159.181,11

Do atrás exposto conclui-se:

- 1- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial em Janeiro de 2019. Deve ser reanalisada esta situação e adoptadas medidas correctivas ,uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €13.988,04.Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos;

- 2- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa corrente, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses;
- 3- No que diz respeito à dívida total verifica-se um aumento da dívida em 2,06%;
- 4- Não existem pagamentos em atraso;
- 5- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, o Município encontra-se em desequilíbrio orçamental, devem ser tomadas medidas correctivas, de modo a se evitar o incumprimento da referida regra.

6-

A Câmara toma conhecimento e delibera remeter o documento para a sessão da Assembleia Municipal de junho de 2019.-----

35 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESTIMO DE LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 280.000 EUROS PARA FAZER FACE À CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO EM PROJETOS DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 21/2019 do Chefe da UAJDCS, cujo teor em baixo se transcreve na íntegra:

“Exmo. Sr. Presidente:

Na sequência da Informação n.º 15/2019, da minha autoria, foi presente à reunião de câmara de 07 de maio a proposta de abertura do procedimento mencionado no assunto, que viria a merecer aprovação por unanimidade dos membros do órgão executivo.

Conforme foi mencionado na informação que em cima se faz referência com o empréstimo visa-se a execução dos seguintes projetos:

Empréstimo II - Sem Aplicação de qualquer Regime de Exceção							
Projetos a Integrar no Empréstimo de Médio/Longo Prazo							
Operação	Componentes	Custo Total (A)	Inv. Elegível (B)	FEDER (C)	%	Município (A-C)	Programa
Escola Profissional		132 500,00 €	0,00 €	0,00 €		132 500,00 €	
Musealização da Casa Fialho de Almeida	Museografia	85 765,44 €	85 765,44 €	72 900,62 €	85,0%	12 864,82 €	ITI
	Mobiliário	86 068,02 €	42 893,38 €	36 459,37 €	85,0%	49 608,65 €	ITI
	Multimédia	82 589,58 €	0,00 €	0,00 €		82 589,58 €	ITI
TOTAL		386 923,04 €	128 658,82 €	109 360,00 €		277 563,04 €	

O valor do empréstimo deverá ser até 280.000,00€

Despoletado o procedimento, do mesmo veio a resultar o Relatório Preliminar e o Relatório Final, que aqui se anexam, bem como a documentação recebida das quatro entidades convidadas.

Da aplicação dos critérios de adjudicação resultou a intenção de celebrar contrato com a CGD (Caixa Geral de Depósitos) pelas razões que contam dos relatórios anexos.

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado:

1.º - Determinar a aprovação da adjudicação do procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 280.000€ (duzentos e oitenta mil euros), à Caixa Geral de Depósitos nos moldes constantes na documentação anexa;

2.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo, onde constam as condições da contratualização;

3.º - Remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto.

A Câmara por unanimidade, delibera propor à Assembleia Municipal a Adjudicação do empréstimo à Caixa Geral de Depósitos nas condições constantes da proposta em anexo remeter o documento para a sessão da Assembleia Municipal de junho de 2019.

Mais delibera a Câmara aprovar a minuta do contrato de mútuo em anexo e remetê-la também para a Assembleia Municipal.-----

36 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESTIMO DE LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 880.000 EUROS PARA FAZER FACE À CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO EM PROJETOS DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, COM INTENÇÃO DE USO DO MECANISMO PREVISTO NAS AINEAS A) E B) DO N.º 5 DO ART.º 52.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 20/2019 do Chefe da UAJDSCS, cujo teor em baixo se transcreve na integra:

“Exmo. Sr. Presidente:

Na sequência da Informação n.º 14/2019, da minha autoria, foi presente à reunião de câmara de 07 de maio a proposta de abertura do procedimento mencionado no assunto, que viria a merecer aprovação por unanimidade dos membros do órgão executivo.

Conforme foi mencionado na informação que em cima se faz referência com o empréstimo visa-se a execução dos seguintes projetos:

Empréstimo I - A Excecionar do Limite da Dívida Total							
Projetos a Integrar no Empréstimo de Médio/Longo Prazo							
Projeto	FEEI/FEDER N.º da Operação:	Custo Total (A)	Inv. Elegível (B)	FEDER (C)	%	Município (A-C)	Programa
Estrada da Circunvalação	ALT20-07-1406-FEDER-000038	513 326,09 €	267 246,44 €	227 159,47 €	85,0%	286 166,62 €	PAMUS
Estrada 1.º de Maio	ALT20-07-1406-FEDER-000037	1 085 364,49 €	692 767,87 €	588 852,69 €	85,0%	496 511,80 €	PAMUS
Horta do Bicho	ALT20-43-2017-01-008	180 000,00 €	100 000,00 €	85 000,00 €	85,0%	95 000,00 €	PAICD
TOTAL		1 778 690,58 €	1 060 014,31 €	901 012,16 €		877 678,42 €	

O valor do empréstimo deverá ser até 880.000,00€

Despoletado o procedimento, do mesmo veio a resultar o Relatório Preliminar e o Relatório Final, que aqui se anexam, bem como a documentação recebida das quatro entidades convidadas.

Da aplicação dos critérios de adjudicação resultou a intenção de celebrar contrato com a CGD (Caixa Geral de Depósitos) pelas razões que contam dos relatórios anexos.

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à

ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado:

1.º - Determinar a aprovação da adjudicação do procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 280.000€ (duzentos e oitenta mil euros), à Caixa Geral de Depósitos nos moldes constantes na documentação anexa;

2.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo, onde constam as condições da contratualização;

3.º - Registrar que irá ser feito uso do mecanismo de excecionamento previsto nas alíneas a) e b) do n.º 5 do art.º 52.º da Lei das Finanças Locais no que concerne ao limite do endividamento da autarquia;

4.º - Remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto.

A Câmara por _____, delibera propor à Assembleia Municipal a Adjudicação do empréstimo à Caixa Geral de Depósitos nas condições constantes da proposta em anexo remeter o documento para a sessão da Assembleia Municipal de junho de 2019.

Mais delibera a Câmara aprovar a minuta do contrato de mútuo em anexo e remetê-la também para a Assembleia Municipal, que deverá declarar expressamente a vontade de fazer uso do mecanismo previsto nas alíneas a) e b) do n.º 5 do art.º 52.º da Lei das Finanças Locais, por forma a que o presente empréstimo não seja considerado para o limite da capacidade de endividamento da autarquia.-----

A Câmara por unanimidade, delibera propor à Assembleia Municipal a Adjudicação do empréstimo à Caixa Geral de Depósitos nas condições constantes da proposta em anexo remeter o documento para a sessão da Assembleia Municipal de junho de 2019.

Mais delibera a Câmara aprovar a minuta do contrato de mútuo em anexo e remetê-la também para a Assembleia Municipal.-----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

37 – ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS COM BASE NA PROPOSTA DO JÚRI.-----

Foi presente à Câmara relatório do júri do concurso que propõe a anulação do mesmo por se terem detetado anomalias na fórmula de cálculo final que poderão não conseguir ser sustentadas em sede de procedimento contencioso ou junto do Tribunal de Contas, situação essa que resulta das alegações apresentadas por um dos concorrentes e que o júri, ponderada a situação, julga ser a metodologia mais adequada.

A Câmara por unanimidade, delibera aceitar as alegações do júri e revogar o procedimento em questão.-----

38 – ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 83/2019 do SAJAI contendo a proposta para abertura de um novo procedimento de contratação pública para aquisição de um veículo pesado de passageiros, cujo teor se transcreve:

“Na sequência de diversas vicissitudes ocorridas no âmbito de procedimento de contratação pública aberto para aquisição de um veículo pesado de passageiros – Concurso Público com publicação no JOUE n.º 01/19 -, que inviabilizaram a sua continuidade, foi proposto pelo Júri desse procedimento a sua revogação.

Considerando que se mantém inalterado o interesse na aquisição do veículo pesado de passageiros deve proceder-se à abertura de novo procedimento.

Considerando o preço base de € 225.500,00 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos euros) e que o montante dos limiares europeus para efeitos de publicitação obrigatória de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (doravante JOUE), conforme estatuído no art.º 474.º do CCP, fixados a partir de 01/01/2018, é € 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil euros), para os contratos de fornecimento de bens, o procedimento a adotar é o concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

De harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, o procedimento inicia-se com a decisão de contratar a qual cabe ao órgão competente para autorizar a despesa.

Assim sendo, e conforme dispõe a alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, as câmaras municipais são competentes para autorizar a realização de despesas com aquisição de bens sem qualquer limite.

As peças do procedimento de concurso público são, conforme estabelece a alínea c) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP, o anúncio, o programa de procedimento e o caderno de encargos, cuja aprovação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar (no caso concreto, a Câmara Municipal de Cuba – vide n.º 2 do citado art.º 40.º).

Estabelece o n.º 1 do art.º 67.º do CCP que os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um Júri, composto por um número mínimo de 3 membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, que é designado pelo órgão competente para a decisão de contratar (a Câmara Municipal).

Nesta conformidade, **deve V. Exª, Sr. Presidente**, no âmbito da v/ competência de estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões do órgão executivo, vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere:**

- 1) **A abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE;**
- 2) **Aprovar as peças do procedimento** – anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos que se anexam;
- 3) **Designar os membros do Júri**, para o que se propõe os seguintes elementos:

Presidente: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS;

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF.

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior;

Vítor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior.

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.

A Câmara por unanimidade, delibera aprovar a abertura do procedimento, as peças do procedimento e os membros do júri designados.-----

39 - Pedido de Apoios Sociais para Inscrição Extemporânea para apoio à renda de habitação permanente por parte do Município Maldine Mário da Silva.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2019 do Serviço de Ação Social e Saúde, cujo teor se transcreve:

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumre-me informar: Dirigiu-se ao Gabinete de Ação Social e Saúde, o Sr. Maldine Mário da Silva a solicitar apoio para a renda da habitação permanente.

O agregado familiar do Sr. Maldine Mário da Silva é constituído pelo próprio, nacionalidade Guineense, de 18 anos de idade, estudante na Escola Profissional de Cuba, a frequentar o Curso Técnico de audiovisuais. Este agregado vive na Rua Manuel Vitorino Batarda n.º 6, em cuba.

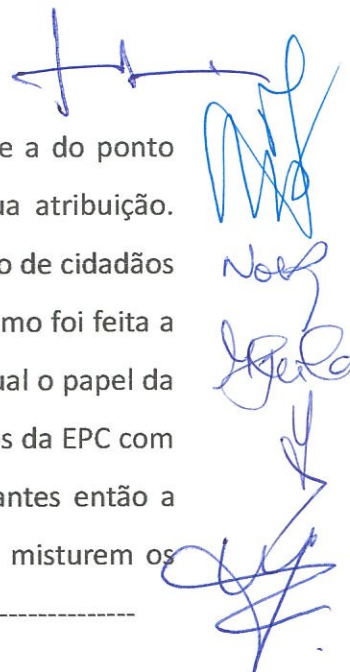
O Sr. Maldine da Silva, auferir 104,94€ de subsídio de refeição e despende de 140,00€ mensais para o alojamento. Neste momento, a situação financeira do Sr. Maldine da Silva, está muito complicada, embora tenha alguma ajuda familiar, não é suficiente para fazer face às despesas correntes, nomeadamente com a renda de habitação permanente.

Face ao atrás exposto, cumre-me concluir:

No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea O) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- a) Determinar a atribuição dos apoios para a inscrição extemporânea para apoio à renda mensal de habitação permanente.

Interveio o Sr. Vereador Luis Barriga para declarar que esta situação e a do ponto seguintes não são muito claras e não estamos de acordo com a sua atribuição. Deixou as seguintes perguntas. Então vamos apoiar rendas de habitação de cidadãos dos PALOP's porque estão a estudar na EPC por sua própria opção? Como foi feita a análise sócio-económica destas pessoas para justificar estes apoios? Qual o papel da Segurança Social neste Processos? Para concluir, dizer que se os acordos da EPC com os PALOP's prevêm a disponibilização de habitação aos seus estudantes então a escola que assegure a residência de estudantes necessárias e não se misturem os apoios sociais com esta situação.-----

Handwritten signature and notes in blue ink, including the word 'Não' and other illegible scribbles.

O Sr. Presidente alegou que relativamente às questões que os vereadores colocaram não compete à autarquia pronunciar-se sobre o papel da Segurança social no processo. Este ponto é acompanhado de uma informação do Serviço de ação social e Saúde da autarquia que propõe o apoio à renda depois da análise da situação concreta e especifica do requerente. Acreditamos que os serviços da autarquia terão sido competentes e diligentes no sentido deste apoio estar enquadrado em termos do regulamento aprovado para o efeito. Aliás, parece-me normal que um cidadão que aufera 104 € e despenda 140 € para renda esteja enquadrado nesses critérios, seja ele proveniente de que país seja, porque mora no concelho, porque é um ser humano e porque tem as suas necessidades como todos os outros. O próprio regulamento em vigor não é discriminatório relativamente a estudantes, pelo que o argumento de que a escola deve assegurar é um falso argumento, face à universalidade das políticas sociais que o município deve assegurar. Acho caricato que se vote contra um apoio social mensal de 40€ e em decisões importantes e estruturantes para o desenvolvimento do concelho por tacticismo politico os vereadores se abstenham.

A Câmara por maioria com a votação contra dos vereadores do Partido Socialista, delibera aprovar a pretensão do requerente.-----

Segundo o Vereador Luis Barriga o que está aqui em causa não é ser um cidadão nacional ou estrangeiro, muito pelo contrário, tem fundamentalmente a ver com uma questão de justiça e da análise de uma situação socioeconómica que se desconhece e seguramente não foi possível avaliar nas origens. A questão de envolver a Segurança Social nestes assuntos é o que sempre temos defendido, no trabalho em rede, que se entende essencial para o concelho em todas as áreas.-----

O Presidente informou que nós também defendemos a cooperação e as parcerias com todas as instituições do concelho e é nosso entendimento que nunca em momento algum elas foram tão aprofundadas como o são no momento atual. É por isso que as questões que os vereadores levantam relativamente à justiça e à análise dos requerentes para além de não terem qualquer fundamento põem em causa a análise de quem avaliou os processos, neste caso dos técnicos. Não sendo possível avaliar nas origens é difícil ou praticamente impossível saber os rendimentos ou as condições financeiras das famílias na Guiné, o mais importante é saber a situação no concelho, o contexto e as dificuldades com que vivem estes estudantes. E se em outras alturas existiram graves problemas sociais em alunos que frequentaram a escola profissional, enquanto este executivo estiver em funções prestaremos apoio a todas as pessoas que necessitem e se encontrem marginalizadas, seja nas origens ou no país de destino.-----

A Câmara por maioria com os votos contra dos vereadores do Partido Socialista, delibera aprovar a concessão do apoio proposto.

40 - PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS PARA INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA PARA APOIO À RENDA DE HABITAÇÃO PERMANENTE POR PARTE DO MUNÍCIPE AMARANTE JANOU GOMES.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2019 do Serviço de Ação Social e Saúde, cujo teor se transcreve:

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar:

Dirigiu-se ao Gabinete de Ação Social e Saúde, o Sr. Amarante Janou Gomes a solicitar apoio para a renda da habitação permanente.

O agregado familiar do Sr. Amarante Janou Gomes é constituído pelo próprio, nacionalidade Guineense, de 19 anos de idade, estudante na Escola Profissional de Cuba, a frequentar o Curso Técnico de audiovisuais. Este agregado vive na Rua Manuel Vitorino Batarda n.º 6, em Cuba.

O Sr. Amarante Gomes, auferir 104,94€ de subsídio de refeição e despende de 140,00€ mensais para o alojamento. Neste momento, a situação financeira do Sr. Amarante Gomes, está muito complicada, embora tenha alguma ajuda familiar, não é suficiente para fazer face às despesas correntes, nomeadamente com a renda de habitação permanente.

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir:

No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea O) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- a) Determinar a atribuição dos apoios para a inscrição extemporânea para apoio à renda mensal de habitação permanente.

A Câmara por maioria com os votos contra dos vereadores do Partido Socialista, delibera aprovar os apoios propostos.

41 – PROPOSTA PARA QUE SEJA DESPOLETADO O INICIO DO PROJETO DO NOVO REGULAMENTO DE FEIRAS E MERCADOS DO MUNICÍPIO DE CUBA.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 87/2019 do SAJDCS cujo teor se transcreve na íntegra:

O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, aprovou o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (doravante RJACSR), ao qual ficam sujeitas, entre outras atividades, as feiras, a venda ambulante, a atividade de restauração e bebidas com não sedentária e os mercados municipais.

Este novo regime jurídico visa a sistematização e harmonização da legislação aplicável às atividades de comércio, serviços e restauração, remetendo para regulamento municipal a definição de matérias atinentes ao funcionamento e às condições de exercício do comércio a retalho e da atividade de restauração e bebidas não sedentária.

Como tal, torna-se necessária a aprovação de um regulamento que, acolhendo o quadro legal atual, defina as regras aplicáveis às feiras e mercados municipais, à venda ambulante e à atividade de restauração e bebidas não sedentária, no Município de Cuba, funcionando como instrumento de informação e defesa dos direitos e interesses, quer dos operadores económicos envolvidos, quer dos consumidores.

Sobre o procedimento de elaboração e aprovação de regulamento municipais estatuem os seguintes normativos:

1) Alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da **Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**, na sua redação atual: “Compete à câmara municipal (...) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município (...);

2) **Código do Procedimento Administrativo**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro:

a) N.º 1 do art.º 98.º: “O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.”;

b) Art.º 99.º: “Os regulamentos são aprovados com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.”;

c) Art.º 100.º: “1. Tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o projeto de regulamento por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias, a audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento. 2. A audiência dos interessados pode ser escrita ou oral e processa-se, salvo quanto aos prazos, nos termos dos artigos 122.º e 123.º. 3. O responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência quando: a) A emissão do regulamento seja urgente; b) Seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento; c) O número de interessados seja de tal forma elevado que a audiência se torne incompatível, devendo nesse caso proceder-se a consulta pública; d) Os interessados já se tenham pronunciado no procedimento sobre as questões que importam à decisão. 4. Nas situações previstas no número anterior, a decisão final deve indicar os fundamentos da não realização da audiência. 5. A realização da audiência suspende a contagem dos prazos do procedimento administrativo.”

d) Art.º 101.º: “1. No caso previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior ou quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão. 2. Os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento. 3. No preâmbulo do regulamento, é feita menção de que o respetivo projeto foi objeto de consulta pública, quando tenha sido o caso.”;

e) Art.º 135.º: “Para efeitos do disposto no presente Código, consideram-se regulamentos administrativos as normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de

poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos.”;

f) Art.º 136.º: “1. A emissão de regulamentos depende sempre de lei habilitante. 2. Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou, no caso de regulamentos independentes, as leis que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão. 3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se independentes os regulamentos que visam introduzir uma disciplina jurídica inovadora no âmbito das atribuições das entidades que os emitam. 4. Embora não tenham natureza regulamentar para efeitos do disposto no presente capítulo, carecem de lei habilitante quaisquer comunicações dos órgãos da Administração Pública que enunciem de modo orientador padrões de conduta na vida em sociedade com, entre outras, as denominações de «diretiva», «recomendação», «instruções», «código de conduta» ou «manual de boas práticas».”;

g) Art.º 139.º: “A produção de efeitos do regulamento depende da respetiva publicação, a fazer no Diário da República, sem prejuízo de tal publicação poder ser feita também na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa.”;

h) Art.º 140.º: “Os regulamentos entram em vigor na data neles estabelecida ou no quinto dia após a sua publicação.”.

3) Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro:

a) Art.º 70.º: “1. Os mercados municipais devem dispor de um regulamento interno aprovado pela assembleia municipal competente, sob proposta das câmaras municipais, no qual são estabelecidas as normas relativas à sua organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança interior. 2. Do regulamento interno devem constar, nomeadamente: a) As condições de admissão dos operadores económicos que exercem a atividade de comércio a retalho ou de prestação de serviços e os critérios para a atribuição dos espaços de venda, os quais devem assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu; b) As regras de utilização dos espaços de venda; c) As normas de funcionamento, nomeadamente as que se referem a horário de funcionamento, condições de acesso, documentação exigida para a entrada e saída das

mercadorias e sua comercialização, condições para as operações de carga e descarga, circulação e estacionamento; d) As cauções ou outras formas de garantia exigidas aos titulares de espaços de venda; e) Regras de utilização das partes comuns; f) As taxas a pagar pelos utentes; g) Os direitos e obrigações dos utentes; h) As penalidades aplicáveis como consequência do incumprimento do regulamento interno. 3. A aprovação do regulamento interno é precedida de audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor e dos consumidores, as quais dispõem de um prazo de 15 dias, a contar da data da receção da comunicação, para se pronunciarem. 4. Os regulamentos internos são objeto de divulgação pública no sítio na Internet do município e no «Balcão do empreendedor».”;

b) Art.º 79.º: “1. Compete à assembleia municipal, sob proposta das câmaras municipais, aprovar o regulamento do comércio a retalho não sedentário do respetivo município, do qual deve constar: a) As regras de funcionamento das feiras do município; b) As condições para o exercício da venda ambulante. 2. A aprovação dos regulamentos do comércio a retalho não sedentário deve ser precedida de audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas dos feirantes, dos vendedores ambulantes e dos consumidores, as quais dispõem de um prazo de 15 dias, a contar da data da receção da comunicação, para se pronunciarem. 3. Os regulamentos municipais devem ainda identificar de forma clara os direitos e obrigações dos feirantes e dos vendedores ambulantes e a listagem dos produtos proibidos ou cuja comercialização depende de condições específicas de venda. 4. Os regulamentos previstos no presente artigo são publicados no «Balcão do empreendedor».”;

c) Art.º 80.º: “1. Entre as regras de funcionamento das feiras do município no regulamento referido no artigo anterior devem constar, nomeadamente: a) As condições de admissão dos feirantes e os critérios para a atribuição dos respetivos espaços de venda, devendo o procedimento de seleção assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e ser efetuado de forma imparcial e transparente, publicitada em edital e no «Balcão do empreendedor», cumprindo o

disposto no n.º 4; b) As normas de funcionamento, incluindo normas para uma limpeza célere dos espaços de venda aquando do levantamento da feira; c) O horário de funcionamento. 2. As regras de funcionamento das feiras do município podem prever lugares destinados a participantes ocasionais, nomeadamente: a) Pequenos agricultores que não estejam constituídos como operadores económicos, que pretendam participar na feira para vender produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área de residência; b) Vendedores ambulantes; c) Outros participantes ocasionais. 3. As regras de funcionamento das feiras do município podem prever lugares destinados a prestadores de serviços, nomeadamente de restauração ou de bebidas em unidades móveis ou amovíveis. 4. A atribuição de espaços de venda deve ser realizada com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, podendo ficar sujeitos ao pagamento de uma taxa a fixar pelo município em regulamento, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o feirante cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária. 5. Às feiras ocasionais aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores. 6. O montante da taxa a que se refere o n.º 4 é determinado em função do valor por metro quadrado e da existência dos seguintes fatores considerados fundamentais para o exercício da atividade: a) Tipo de estacionamento, coberto ou não coberto; b) Localização e acessibilidades; c) Infraestruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica, rede de telecomunicações, pavimentação do espaço; d) Proximidade do serviço público de transportes, de parques ou zonas de estacionamento; e) Duração da atribuição.”

d) Art.º 81.º: “1. Entre as regras para o exercício da venda ambulante no regulamento referido no artigo anterior devem constar, nomeadamente: a) A indicação das zonas e locais autorizados à venda ambulante; b) Os horários autorizados; c) As condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos. 2. Os municípios podem, em relação à venda ambulante, e tendo em atenção razões

higiossanitárias, urbanísticas, de comodidade para o público e de meio ambiente: a) Proibir a venda ambulante em todo o município, em determinadas zonas ou a uma distância mínima dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços ou de restauração ou de bebidas; b) Interditar ocasionalmente zonas autorizadas para o exercício do comércio ambulante; c) Fornecer meios para o exercício da atividade, exigindo, ou não, em tal caso, a sua utilização pelos vendedores; d) Delimitar locais ou zonas de acesso aos veículos ou reboques utilizados na venda ambulante; e) Estabelecer zonas e locais especialmente destinados ao comércio ambulante de certas categorias de produtos; f) Restringir o exercício da atividade em determinadas zonas e locais, ou para todo o município, a um número fixo de vendedores ambulantes, por razões relacionadas com a limitação do espaço autorizado, devendo o procedimento de seleção para a atribuição de direitos temporários de uso do espaço público assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e ser efetuado de forma imparcial e transparente, publicitada em edital e no «Balcão do empreendedor», cumprindo o disposto no número seguinte. 3. A atribuição de direito de uso de espaço público deve ser realizada com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, podendo ficar sujeitos ao pagamento de uma taxa a fixar pelo município em regulamento, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o vendedor ambulante cuja atribuição de lugar tenha caducado nem para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, bem como vínculos laborais ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária. 4. A venda ambulante em violação do disposto no presente artigo constitui contraordenação grave.”;

e) Art.º 82.º: “1. Entre as regras de funcionamento das feiras organizadas por entidades públicas devem constar, nomeadamente: a) As condições de admissão dos grossistas e os critérios para a atribuição dos respetivos espaços de venda, devendo o procedimento de seleção para a atribuição de direitos temporários de uso do espaço público assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes

de outros Estados-Membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e ser efetuado de forma imparcial e transparente, publicitada em edital e no «Balcão do empreendedor», cumprindo o disposto no número seguinte; b) As normas de funcionamento, incluindo normas para uma limpeza célere dos espaços de venda aquando do levantamento da feira; c) O horário de funcionamento. 2. A atribuição dos espaços de venda deve ser realizada com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, podendo ficar sujeitos ao pagamento de uma taxa a fixar pelo município em regulamento, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o vendedor ambulante cuja atribuição de lugar tenha caducado nem para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, bem como vínculos laborais ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária. 3. As regras de funcionamento podem prever lugares destinados a prestadores de serviços, nomeadamente de restauração e de bebidas em unidades móveis ou amovíveis. 4. Às feiras ocasionais aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores. 5. O montante da taxa a que se refere o n.º 2 é determinado em função do valor por metro quadrado e da existência dos seguintes fatores considerados fundamentais para o exercício da atividade: a) Tipo de estacionamento, coberto ou não coberto; b) Localização e acessibilidades; c) Infraestruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica, rede de telecomunicações, pavimentação do espaço; d) Proximidade do serviço público de transportes, de parques ou zonas de estacionamento; e) Duração da atribuição.”.

Dando cumprimento aos normativos acima indicados procedeu-se à elaboração do Projeto de Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Cuba, que se anexa.

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a, Senhor Presidente, no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, remeter o projeto identificado para que o órgão executivo delibere:

1) Determinar o início do procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Cuba, procedendo-se, posteriormente à

publicitação desta deliberação no sítio institucional do Município;

2) Determinar que se proceda à audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor, no caso do mercado municipal, das associações representativas dos feirantes, dos vendedores ambulantes e dos consumidores, fixando-se-lhes o prazo de 15 dias para se pronunciarem, conforme determina o n.º 3 do art.º 70.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

3) Determinar que se procede à consulta pública do projeto de regulamento, nos termos enunciados no n.º 1 do art.º 101.º do CPA.

A Câmara por unanimidade, delibera:

1) Determinar o início do procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Cuba, procedendo-se, posteriormente à publicitação desta deliberação no sítio institucional do Município;

2) Determinar que se proceda à audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor, no caso do mercado municipal, das associações representativas dos feirantes, dos vendedores ambulantes e dos consumidores, fixando-se-lhes o prazo de 15 dias para se pronunciarem, conforme determina o n.º 3 do art.º 70.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

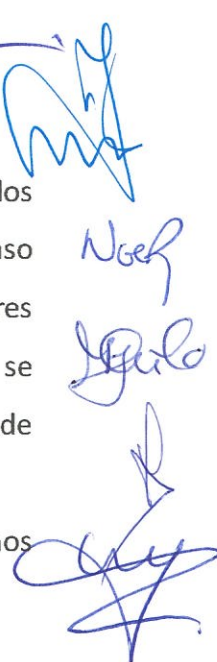
3) Determinar que se procede à consulta pública do projeto de regulamento, nos termos enunciados no n.º 1 do art.º 101.º do CPA.

42 – FIXAÇÃO DOS PREÇOS PARA ENTRADA NO MUSEU LITERÁRIO CASA FIALHO DE ALMEIDA.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 22 do Chefe da UAJDCS que aqui se transcreve:

“Conforme foi planeado, com a conclusão do projeto do Museu Literário Casa Fialho de Almeida, importa agora que sejam fixados os preços de entrada para visita do museu.

Em sintonia com a competência dos diversos órgãos autárquicos e de acordo com o



art.º 33.º n.º 1 al. e) cabe à Câmara Municipal “fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais”

Termos em que, somos a concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao **presidente do órgão executivo do município** pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão**, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo 12 de junho de 2019, **para que nela possa ser deliberado os preços a praticar no museu literário Casa Fialho de Almeida.”**

A Câmara, por unanimidade, delibera:

- Preço bilhete – 2€; - Moradores do concelho de Cuba – gratuito; Bilhete até 6 anos – gratuito, Bilhete dos Jovens dos 7 aos 18 - 50% desconto; Estudantes - 50% de desconto; mais de 65 anos – 50%, Para grupos de 10 ou mais pessoas desconto 50%; Visitas guiadas, acresce 0,50€ por pessoa.

A presente proposta produz efeitos a partir de 01 de julho de 2019.-----

43- PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA; – PROPOSTA DE REVERSÃO PARA O MUNICÍPIO DO LOTE 1 E 8 POR INCUMPRIMENTO TOTAL E REITERADO DOS PROMITENTES ADQUIRENTES; – ATRIBUIÇÃO DO PRAZO DE 2 MESES PARA ENTREGA DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA NO QUE CON CERNE AO LOTE 7, SOB PENA DE REVERSÃO AUTOMÁTICA PARA O MUNICÍPIO A PARTIR DE 03 DE JULHO DE 2019; – SITUAÇÃO DOS LOTES ALIENADOS A 1 €.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 23/2019 do Chefe da UAJDCS que aqui se transcreve:

“Na sequência da Informação n.º 10/2019 da minha autoria foi reportado à Câmara, na sua reunião ordinária de 17 de abril de 2019 a situação de cada um dos lotes do parque empresarial.

Concedido o prazo de audiência dos interessados os possuidores que estavam em

incumprimento nada disseram os titulares dos lotes 1 e 8, razão pela qual deverão os mesmos reverter para a autarquia.

Quanto ao lote 7 apresentou a titular a explanação em anexo, vide doc. n.º 1, na qual se comprometeu a apresentar o projeto no prazo de dois meses, que a ser aceite deverão ser considerados a partir do dia imediatamente a seguir à receção da pretensão – 02 de maio de 2019, ou seja até 02 de julho de 2019.

Foram também notificados os titulares dos lotes que os receberam ao valor de 1€ cada.

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao **presidente do órgão executivo do município** pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão**, deve a presente proposta ser remetida à reunião da câmara municipal que terá lugar no próximo 12 junho de 2019, para que nela **possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte:**

1.º - Em relação aos **Lotes 23 e 28** – Empresa Pig D’Ouro – Produção e Comércio de Rações, Lda. Atendendo a que a empresa entrou em laboração em final de 2016, mas o município a requerimento da entidade aceitou que fosse o ano de 2018 o ano relevante para aferir do benefício, mediante justificação a apresentação de factos para tal argumentos que não poderiam ser imputados à empresa, reiterar que deverá a **mesma até 31 de julho de 2019** fazer prova de preenche pelo menos um dos dois requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do art.º 4.º do Regulamento de Alienação, ou seja, que criou pelo menos 20 postos de trabalho, ou, em alternativa que teve no ano de 2018 um volume de vendas superior a um milhão de euros, **sob pena de não preenchendo nenhum dos requisitos ter que liquidar os lotes ao preço dos outros adquirentes;**

2.º - **Lotes 24, 25, 26 e 27** – Empresa GreenEdge, Biomassa e Energia, Lda.. Atendendo a que a empresa entrou em laboração em 23 de novembro de 2018,

tu
neg
J. Paulo
↓
[Signature]

reiterar que deverá a **empresa até 23 de novembro de 2019** fazer prova de preenche o requisito da criação dos 20 postos de trabalho, ou, em alternativa que teve no ano de 2019 um volume de vendas superior a um milhão de euros, documentação a apresentar **até 31 de julho de 2020, sob pena de não preenchendo nenhum dos requisitos ter que liquidar os lotes ao preço dos outros adquirentes;**

3.º - Após decorrido o período de audiência dos interessados sem que houvesse quaisquer alegações, determinar expressamente fazer uso da figura do direito de reversão a favor do município, estipulado no art.º 23.º do Regulamento de Alienação, nos lotes em baixo invocados e pelos motivos que são apresentados:

3.1.º - Lote 1 – de Janeiro & Rosário, Lda./ José das Dores Cabaça Pinto, que foi alienado, mediante deliberação da Câmara de 07 de dezembro de 2016, com o contrato promessa a ser em 10 de janeiro de 2017. Decorridos quase dois anos e meio, não obstante todas as notificações efetuadas que são do conhecimento do executivo, acrescidos dos contatos a alertar para a necessidade de cumprimento dos prazos, não se registou até à data qualquer manifestação expressa sequer de entregar o projeto de arquitetura, pelo que se conclui pela expiração de todos os prazos previstos no art.º 22.º do Regulamento de Alienação em cima invocado.

3.2.º - Lote 8 – de João Francisco Carapuça Campaniço, que foi alienado, mediante deliberação da Câmara de 28 de agosto de 2013, e contrato promessa de compra e venda a 06 de Novembro de 2013. Decorridos quase seis anos, não obstante todas as notificações efetuadas que são do conhecimento do executivo, acrescidos dos contatos a alertar para a necessidade de cumprimento dos prazos, não se registou até à data qualquer manifestação expressa sequer de entregar o projeto de arquitetura em data concreta, pelo que se conclui pela expiração de todos os prazos previstos no art.º 22.º do Regulamento de Alienação em cima invocado.

4.º - No que concerne ao lote Lote 7 – de Telma Maria Janeiro Pinto de Sousa Nobre, que foi alienado, mediante deliberação da Câmara de 31 de julho de 2013, e contrato a 26 de setembro de 2013, uma vez que foi apresentado requerimento a fundamentar o atraso e pedir a prorrogação até 02 de julho de 2019, conceder esse

prazo findo o qual, se não houver apresentação dos respetivos projetos o lote reverter para a autarquia sem mais formalismos.-----

A Câmara por unanimidade, delibera:

1.º - Em relação aos **Lotes 23 e 28** – Empresa Pig D’Ouro – Produção e Comércio de Rações, Lda. Atendendo a que a empresa entrou em laboração em final de 2016, mas o município a requerimento da entidade aceitou que fosse o ano de 2018 o ano relevante para aferir do benefício, mediante justificação a apresentação de factos para tal argumentos que não poderiam ser imputados à empresa, reiterar que deverá a **mesma até 31 de julho de 2019** fazer prova de preenche pelo menos um dos dois requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do art.º 4.º do Regulamento de Alienação, ou seja, que criou pelo menos 20 postos de trabalho, ou, em alternativa que teve no ano de 2018 um volume de vendas superior a um milhão de euros, **sob pena de não preenchendo nenhum dos requisitos ter que liquidar os lotes ao preço dos outros adquirentes;**

2.º - **Lotes 24, 25, 26 e 27** – Empresa GreenEdge, Biomassa e Energia, Lda.. Atendendo a que a empresa entrou em laboração em 23 de novembro de 2018, reiterar que deverá a **empresa até 23 de novembro de 2019** fazer prova de preenche o requisito da criação dos 20 postos de trabalho, ou, em alternativa que teve no ano de 2019 um volume de vendas superior a um milhão de euros, documentação a apresentar **até 31 de julho de 2020, sob pena de não preenchendo nenhum dos requisitos ter que liquidar os lotes ao preço dos outros adquirentes;**

3.º - Após decorrido o período de audiência dos interessados sem que houvesse quaisquer alegações, determinar expressamente fazer uso da figura do direito de reversão a favor do município, estipulado no art.º 23.º do Regulamento de Alienação, nos lotes em baixo invocados e pelos motivos que são apresentados:

3.1.º - **Lote 1** – de Janeiro & Rosário, Lda./ José das Dores Cabaça Pinto, que foi alienado, mediante deliberação da Câmara de 07 de dezembro de 2016, com o contrato promessa a ser em 10 de janeiro de 2017. Decorridos quase dois anos e meio, não obstante todas as notificações efetuadas que são do conhecimento do executivo, acrescidos dos contatos a alertar para a necessidade de cumprimento dos prazos, não

se registou até à data qualquer manifestação expressa sequer de entregar o projeto de arquitetura, pelo que se conclui pela expiração de todos os prazos previstos no art.º 22.º do Regulamento de Alineação em cima invocado.

3.2.º - Lote 8 – de João Francisco Carapuça Campaniço, que foi alienado, mediante deliberação da Câmara de 28 de agosto de 2013, e contrato promessa de compra e venda a 06 de Novembro de 2013. Decorridos quase seis anos, não obstante todas as notificações efetuadas que são do conhecimento do executivo, acrescidos dos contatos a alertar para a necessidade de cumprimento dos prazos, não se registou até à data qualquer manifestação expressa sequer de entregar o projeto de arquitetura em data concreta, pelo que se conclui pela expiração de todos os prazos previstos no art.º 22.º do Regulamento de Alineação em cima invocado.

4.º - No que concerne ao lote Lote 7 – de Telma Maria Janeiro Pinto de Sousa Nobre, que foi alienado, mediante deliberação da Câmara de 31 de julho de 2013, e contrato a 26 de setembro de 2013, uma vez que foi apresentado requerimento a fundamentar o atraso e pedir a prorrogação até 02 de julho de 2019, conceder esse prazo findo o qual, se não houver apresentação dos respetivos projetos o lote reverter para a autarquia sem mais formalismos.

44 – REGULAMENTO DAS FÉRIAS JOVENS-VERÃO 2019 – NORMAS DE FUNCIONAMENTO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 12/2019, dos Serviços de Ação Educativa, cujo teor se transcreve:

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar,

O Município pretende desenvolver programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, promovendo hábitos de participação cultural e desportiva de uma forma generalizada na população mais jovem, nos períodos de interrupção letiva.

O programa tem por objetivo principal proporcionar à população jovem a ocupação dos tempos livres durante a interrupção letiva do Verão através da oferta de um

conjunto de atividades físicas ou desportivas, artísticas ou culturais, outro tipo de atividades (atividades na natureza, TICs, Proteção Civil, entre outras).

As normas constantes no documento, em anexo, estabelecem o processo do funcionamento e regras gerais que devem ser observadas na realização do programa “FÉRIAS JOVENS - VERÃO 2019”, que decorre no mês de julho.

Face ao exposto, sou a concluir,

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal, submete-se para Aprovação das Normas Gerais de Funcionamento do Programa Férias Jovens – Verão 2019, ao abrigo do art. 33.º, n.º 1, al e) e u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.

A câmara por unanimidade, delibera aprovar as normas de funcionamento que constam integralmente na ata da reunião.-----

-45 - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2019/2020.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 12/2019, dos Serviços de Ação Educativa, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar:

É competência das Câmaras Municipais a gestão da rede de transportes escolares, que devem conjugar e complementar a rede de transportes públicos concelhia.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro, compete aos municípios assegurar o transporte dos alunos entre a sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino aos alunos dos ensinos básico e secundário, desde que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou

com refeitório.

A Câmara Municipal de Cuba assegura a organização, financiamento e controlo dos transportes escolares, no âmbito da transferência de competências legislada pelo Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de Setembro.

Deste modo, é elaborado anualmente um Plano previsional de Transportes Escolares com base no número de alunos e estabelecimentos de ensino existentes no ano letivo em curso, fazendo-se uma previsão para o ano letivo seguinte.

De acordo com as alíneas a), b) e c) do artigo 4.º, ponto 2, do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, compete aos estabelecimentos de ensino colaborar com o Município na elaboração do plano de transportes escolares, ao qual devem fornecer os seguintes elementos:

- * Previsão do número de alunos que utilizarão transporte escolar, discriminados por localidades de proveniência, grupos etários de menos e de mais de 12 anos, respetivo grau de ensino e ano que frequentam;
- * Levantamento das localidades que não são servidas por carreiras de serviço público e que se situem a mais de 3km dos pontos de paragem ou terminais das mesmas;
- * Horário escolar previsto para o ano letivo a que o plano diz respeito.

O Município de Cuba consultou as empresas de transporte público de passageiros para saber os horários e os itinerários que servem os estabelecimentos de ensino, de modo a garantir aos alunos dos diversos níveis de ensino uma rede de transportes adequada.

Quando não é possível a utilização dos transportes públicos, quer por inexistência de horários compatíveis, quer por se tratar de alunos com necessidades educativas especiais ou residentes em locais sem transportes públicos compatíveis, a Câmara Municipal efetua as diligências necessárias para garantir aos alunos o transporte mais adequado. No entanto, e de acordo com a alínea b), artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, devem-se tornar compatíveis os horários escolares com os da oferta dos transportes escolares (competência do Ministério da Educação).

Assim, a autarquia assegura o pagamento da totalidade do passe escolar aos alunos até ao 9.º ano de escolaridade das freguesias para a escola sede em Cuba (2.º e 3.º

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "H.", "Nee", "Belo", and "Sey".

ciclo do Ensino Básico), comparticipa em 50% no valor dos passes dos alunos do concelho que frequentam o ensino regular secundário, sendo utilizadas as carreiras de transporte público de passageiros que servem as áreas de residência dos estudantes e as escolas.

Na sequência do encerramento do pólo escolar do 1.º ciclo de Vila Ruiva, e por forma a dar resposta às necessidades concretas de algumas famílias, a Câmara Municipal de Cuba desde o ano letivo 2015/2016, que assumiu com o seu transporte próprio e motorista as deslocações dos alunos do 1.º ao 4.º ano, de Vila Ruiva e Albergaria para a escola sede do Agrupamento em Cuba e vice-versa, sendo feita referência a esta situação no documento que se anexa a esta informação.

Para garantir a eficácia deste programa, o Município de Cuba aplica os preceitos legais e elabora anualmente um plano de transportes escolares, que constitui uma previsão do número de alunos que irão necessitar de transporte no ano letivo seguinte, conforme documento que se anexa.

A Câmara Municipal assegura os transportes dos alunos, atuando em conformidade com o disposto na Lei nº 13/2006 de 17 de abril (transporte coletivo de crianças).

De acordo com o D.L. nº. 7/2003 de 15 de Janeiro, também compete ao Conselho Municipal de Educação deliberar sobre a rede de transportes escolares.

Esta previsão de Transportes Escolares abrange um total de 95 estudantes e a estimativa de comparticipação da autarquia para o ano letivo 2019/2020 será de € 54.454,90.

Considerando que a Secção Financeira deste município necessita de uma previsão do valor da comparticipação da autarquia, por prudência, só, para o 1.º período do ano letivo 2019/2020, aplicando o custo dos transportes com base nos custos anteriormente praticados nos circuitos especiais e nos preços das assinaturas mensais praticados, durante o mês de maio, pela RODOVIÁRIA DO ALENTEJO, SA, estima-se que o valor da comparticipação seja de 21.781,96€;

Mais se informa que para cumprimento do disposto na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para

a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos.

Por último, informo que após recolher alguma informação com o Técnico do município designado para acompanhar o processo do Serviço Público de Transportes de Passageiros com a CIMBAL, o mesmo informou que o facto da Lei n.º 52/2015 de 09 de junho, que aprova o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, no seu art. 37.º, contemplar a Organização do Transporte Escolar, não invalida que se apresente agora o Plano de Transportes Escolares - Previsão para o ano letivo 2019/2020.

Face ao exposto, cumpre-me concluir,

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal, submete-se para apreciação e votação o **PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2019/2020**, ao abrigo da al) gg, do n.º1, do art.33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e posterior remessa para o Conselho Municipal de Educação, ao abrigo do D.L. nº. 7/2003 de 15 de Janeiro, na sua redação atual, o PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2019/2020.

A Câmara por unanimidade, delibera aprovar o plano de transportes propostos para o ano letivo 2019/2020.-----

Handwritten signatures in blue ink, including the name "Noel" and other illegible signatures.

46 - Prorrogação do contrato de comodato social da habitação propriedade do Município, ao Munícipe Sr. Bruno Nobrega Martins.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2019, do Serviço de Ação Social cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar:

Foi cedido temporariamente ao Munícipe Sr. Bruno Nóbrega Martins e a título gratuito e por um período de máximo de seis meses, com início a 21 de dezembro de 2018 e término a 21 de maio de 2019, a habitação propriedade do Município, sito na Rua António Maria Ildefonso, nº 12.

Apesar de todos os esforços do Sr. Bruno e do SASS, para que o mesmo conseguisse alugar uma casa de acordo com as suas possibilidades, tal facto não se concretizou dentro do prazo estipulado, visto o mercado de arrendamento exigir valores elevados. É importante referir que o Sr. Bruno auferia a prestação de Rendimento Social de Inserção, no valor de 186,66€, pelo que mesmo com o apoio da Câmara para fazer face à despesa com a habitação, os valores solicitados pelos senhorios são superiores às suas possibilidades.

Neste sentido, e após análise efetuada sou a propor a continuidade do Sr. Bruno Martins na habitação por mais três meses, com término a 31 de agosto de 2019, sendo que no final deste período a situação será reapreciada.

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir:

- Tratando-se de uma situação urgente e excecional e não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente decidir favoravelmente, sendo o seu despacho sujeito a ratificação na reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

A Câmara por unanimidade, delibera aprovar a proposta de prorrogação do prazo do comodato apresentado.-----

47 – MARIA LOURO - ANÁLISE DE PROCESSO PARA APOIOS SOCIAIS - APRECIÇÃO DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DO DIREITO DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS.-----

Foi presente à reunião de Câmara a Informação n.º 32/2019, do Serviço de Ação Social, cujo conteúdo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar:

Na Reunião de Câmara de 03 de abril de 2019 foi apresentada a análise dos processos para apoios sociais, tendo sido efetuada a revisão da tabela.

Nos documentos que sustentaram a respetiva análise dos processos, a munícipe Maria Manuela Louro, não reunia as condições para a atribuição dos mesmos.

Em sede do direito de audiência dos interessados, que nos termos do Código do Procedimento Administrativo, decorreram durante 10 dias uteis contados a partir do dia seguinte à remessa do ofício e que informava a decisão de indeferimento dos apoios sociais para 2019, a Sr.ª Maria Louro manifestou o desacordo em relação à referida decisão, pelo que o SASS reanalisou o processo.

Assim, à data de entrega do requerimento, os rendimentos da requerente ultrapassavam os valores de referência do regulamento em utilização nesta autarquia, pois o agregado familiar era apenas composto pela própria. No entanto, durante o prazo estipulado para a audiência dos interessados, a mesma comunicou ao SASS que o seu agregado familiar sofreu alterações desde janeiro do corrente ano, pelo que existiu alteração ao nível do número de elementos do agregado familiar, e subsequente alteração ao nível dos rendimentos, propondo-se agora uma decisão favorável.

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir:

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

A) Deferir a pretensão da requerente Maria Manuela da Vinha Louro, e alterar a deliberação inicial que não lhe atribuía apoios sociais.

Não podemos estar totalmente de acordo com esta avaliação da situação para poder decidir favoravelmente, então todos os outros candidatos que foram avaliados com os dados referentes ao ano anterior e agora esta requerente como alterou o agregado familiar a partir de janeiro vai ser avaliada com base nos dados deste ano? Mais uma vez insistimos que os regulamentos são para cumprir e todas as pessoas devem ser tratadas da mesma forma.

Interveio o Presidente da Câmara para dizer que este caso não é um caso raro ou isolado, já houve casos análogos no passado e eles são enquadrados pela discricionariedade da Câmara para deliberar nestas matérias.

O vereador Barriga alegou que não há aqui ninguém nesta mesa que tenha mais sensibilidade social do que eu, e o meu passado e as associações por onde tenho passado serão prova disso mesmo. Agora sou ou procuro ser, que é ser justo em todas as decisões que tomo.-----

O presidente afirmou a sensibilidade social dos vereadores vê-se pelos dois votos contra que fez nesta reunião. Os dois na área social e os dois por dificuldades familiares, num caso de estudantes, no outro de uma mãe que recebeu os filhos e os netos na própria casa. Quando as realidades sociais mudam os serviços de ação social devem estar atentos intervir e apoiar. É isso que temos feito, dou os parabéns aos técnicos por esse trabalho. Se ser justo, é esperar um ano para dar apoios, prefiro nesse contexto ser a pessoa mais injusta desta sala.

A Câmara por maioria, com os votos de abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

48 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL EM VIGOR PARA O ANO DE 2019; - APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO; - APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO.-----

Foi presente à reunião de Câmara a Informação n.º 22/2019 da Subunidade de Recursos Humanos cujo teor se transcreve:



Exmº Sr. Presidente

Após reuniões de trabalho registou-se que:

- 1- Há necessidade de ajustar as tarefas, atividades e responsabilidades com os conteúdos funcionais descritos de cada carreira/categoria, de alguns trabalhadores, pelo que se propõe o recurso à figura de mobilidade interna.
- 2 - As piscinas municipais, na presente data, tem apenas um Nadador-salvador por tempo indeterminado, o que inviabiliza o funcionamento em pleno da vigilância das piscinas municipais;

Cabe assim a esta subunidade informar o seguinte:

A norma legal para efeitos de aprovação e alterações ao mapa de pessoal é a constante na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, doravante designada por LGTFP, em sintonia com as remissões feitas pelo Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Em matéria de alteração ao mapa de pessoal, dispõe o artigo 29.º da LGTFP, o seguinte:

Artigo 29.º

Mapas de pessoal

1 — Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução.

2 — O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;

b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;

c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;

d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

3 — Nos órgãos e serviços desconcentrados, o mapa de pessoal é desdobrado em tantos mapas quantas as unidades orgânicas desconcentradas.

4 — O mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica.

5 — As alterações aos mapas de pessoal que impliquem um aumento de postos de trabalho carecem de autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

6 — O disposto no número anterior não é aplicável à alteração do mapa de pessoal que decorra do direito de ocupação de posto de trabalho no órgão ou serviço pelo trabalhador que, nos termos legais, a este deva regressar.

7 — A alteração dos mapas de pessoal que implique redução de postos de trabalho fundamenta -se em reorganização do órgão ou serviço nos termos legalmente previstos, devendo cessar, em primeiro lugar, os vínculos de emprego público a termo.

Em sintonia com o este artigo devemos ter presente o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, artigo 3º que determina o seguinte:

Artigo 3.º

Mapas de pessoal

1 — Os municípios e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro.

2 — Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, são aprovados, mantidos ou alterados:

a) Nos municípios, pela assembleia municipal;

b) Nas freguesias, pela assembleia de freguesia.

(as referências feitas à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de setembro, já revogada, entendem-se feitas para as correspondentes normas na LGTFP – n.º3, art. 42º da Lei preambular da LGTFP)

No que concerne ao n.º 5 do art. 60.º da LGTFP referido, informo que os custos com os recrutamentos, estão considerados na revisão orçamental n.º2.

Termos em que, atendendo aos factos expostos, deve o presidente do órgão, por força das competências que lhe são cometidas pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deverá ser presente a informação, para que nela possa ser **deliberado o seguinte:**

1 - Propor à Câmara Municipal, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela al. ccc), do n.º1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, **aprovar a presente proposta e submete-la posteriormente à assembleia municipal;**

2 - Por se tratar de competências próprias da assembleia municipal, no uso das competências previstas na al. o), n.º 1, art. 25º, da mesma lei, articulado com a

alínea a) do n.º 2, do art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em que assenta na criação dos seguintes lugares por tempo indeterminado:

Carreira/Categoria	Afetação
1 Encarregado Operacional	Subunidade de Mobilidade e Gestão de Stocks
1 Nadador-salvador	Subunidade de Ação Desportiva – Piscinas Municipais
1 Especialista de Informática nível 2	Serviço de Informática

A Câmara por unanimidade, delibera aprovar a proposta de alteração do mapa de pessoal e remetê-lo para sessão da Assembleia Municipal.-----

OBRAS PARTICULARES:-----

49. PEDREMOURA, LDA. PROCESSO N.º 1/2019. REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO – ALOJAMENTO LOCAL. RUA DO ULMO, S/N.º – VILA RUIVA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura da obra de reabilitação de habitação no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 1/2019, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ----

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do

número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 17 h 05m

E eu, Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar esta reunião do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,

O Chefe da UAJDCS,

Noe

Dele